

REDAÇÃO OFICIAL: ANÁLISE DE QUESTÕES EM PROVAS DE CONCURSOS PÚBLICOS¹

OFFICIAL WRITING: ANALYSIS OF QUESTIONS IN TESTS OF PUBLIC COMPETITIONS

Elyelton Rayellison Firmino Pessoa²

Jonas Rodrigo Gonçalves³

RESUMO

No Brasil cada vez mais estão sendo cobradas questões sobre “Redação Oficial”. Com isso, foi realizado este breve estudo sobre as questões que vem sendo mais cobradas nos concursos dos últimos anos. Dessa forma, evidenciar-se-ão os assuntos mais cobrados pelas bancas examinadoras como: fecho; formas de tratamento; vocativo; concisão; tipos de mensagem como: ofício; memorando; mensagem; Ofício etc.

PALAVRAS-CHAVE: REDAÇÃO OFICIAL. OFÍCIO. MEMORANDO. VOCATIVO. FECHO.

ABSTRACT

In Brazil more and more are being asked questions about "Official Writing." With this, this brief study was carried out on the issues that have been the most charged in the competitions of recent years. In this way, the subjects most

¹ Artigo oriundo de pesquisas no grupo de Iniciação Científica da Faculdade Processus em Língua Portuguesa e Carreiras Públicas, sob a orientação do professor *MSc. Jonas Rodrigo Gonçalves*.

² Graduando em *Administração Pública* pela Faculdade Processus (Brasília/DF). Participante do grupo de pesquisa *Língua Portuguesa e Públicas*, da Faculdade Processus, sob coordenação do professor *MSc. Jonas Rodrigo Gonçalves*.

³ Mestre em Ciência Política (Políticas Públicas, Direitos Humanos e Cidadania). Especialista em: Letras: Revisão de Texto; Formação em Educação a Distância; Docência no Ensino Superior; Didática no Ensino Superior em EAD. Licenciado em Filosofia e em Letras (Português e Inglês). Escritor, autor de 36 livros didáticos e acadêmicos. Coordenador dos grupos de pesquisa: Direito e Políticas Públicas; Políticas Públicas do Agronegócio e Gestão Ambiental; Português Jurídico; Língua Portuguesa e Carreiras Públicas.

charged by the examining banks will be evidenced as: closing; forms of treatment; vocative; conciseness; message types such as: craft; memo; message; Craft etc.

KEYWORDS: OFFICIAL WRITING. CRAFT. MEMO. VOCATIVE. CLOSE.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista os aspectos das questões analisadas, percebemos que o assunto Redação Oficial vem sendo bastante cobrado pelas bancas examinadoras de concursos públicos. Dessa forma, podemos citar alguns temas que estão sendo bastante recorrentes: a forma de tratamento dirigida às autoridades e aos chefes dos três poderes; os fechos utilizados no final das comunicações oficiais; os tipos de documento oficial que estão sendo mais cobrados nos últimos anos etc.

Em virtude do que foi mencionado, o nível de escolaridade requerido nas questões analisadas é o médio e o superior. Em alguns casos, exige-se formação em áreas específicas como Analista Judiciário Área Judiciária e Analista Judiciário Área Administrativa que requerem nível superior que exige formação em área específica como a de direito no primeiro caso; e o outro, qualquer formação em nível superior.

A banca examinadora em análise foi o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cebraspe/Cespe” que dota como critério de avaliação nas questões de concurso o julgamento “certo e errado”. Esse critério tem o fator corretor. Isso significa que cada questão errada anula uma correta. Simplificando: se você acerta 5 (cinco) questões de redação oficial e erra 1 (uma) questão, você terá 4 pontos líquidos, já descontado o que você errou.

Dentre os órgãos públicos pesquisados, podemos citar: Superior Tribunal de Justiça (STJ); Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCESC).

Os objetivos deste artigo são analisar, esclarecer, compreender, frisar, realçar e discutir os pontos que vem sendo mais cobrados pelas bancas de concurso nos últimos anos. Assim, foram analisados quais tópicos as bancas têm cobrado mais em que parte você deve realçar o seu estudo para aprimorar

onde especificamente as bancas dão uma maior atenção na hora de elaborar suas questões.

Este artigo visa dar uma ênfase nos tópicos em que cada aluno deve estudar com mais atenção. Dessa maneira, as questões analisadas são atuais e busca-se informar a todos sobre quais tipos de questão estão sendo mais cobrados nos últimos tempos pelas bancas examinadoras. É uma boa oportunidade para quem está começando a estudar, pois, em análise das referidas provas, as bancas vem frisando cada vez mais sobre “Redação Oficial”. Assim, aumentam cada vez mais as suas chances de acertar e de saber os tópicos mais cobrados nos últimos concursos.

Portanto, o instrumento analisado foram as questões de Redação Oficial nos últimos oito anos. Buscamos procurar questões atuais e mais relevantes, através de uma pesquisa teórica. Desse modo, usamos autores bastante renomados e o Manual de Redação Oficial da Casa Civil para espaldar as questões comentadas.

ANÁLISE DA PRIMEIRA QUESTÃO SELECIONADA

A primeira questão a ser analisada é do concurso do órgão público “Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios TJDFT”, em 2015, para o cargo de nível superior de analista judiciário, pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cebraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a primeira questão:

Em 12 de maio de 2011

À Excelentíssima Sra. Chefe da Gerência de Manutenção e Tecnologia do MJ Assunto: Administração. Pedido de agendamento de manutenção em equipamentos.

1. Com o objetivo de dar cumprimento ao Plano Geral de Reparos e Modernização dos equipamentos de tecnologia deste Órgão, gentilmente, solicito a Você o agendamento de visita técnica a este Departamento.

2. Durante as últimas semanas, foram constatados diversos defeitos nos computadores e nos monitores utilizados pelos funcionários. Será necessário reparos e substituições de alguns equipamentos. Por esta razão, solicitamos que a equipe de manutenção dirija-se ao local com peças de substituição.

3. Os equipamentos a serem substituídos são três teclados e três estabilizadores, conforme relatório produzido pela área técnica do Departamento, que segue anexo.

4. Solicitamos que o agendamento seja realizado o mais rapidamente possível pois a inoperância dos equipamentos ocasiona atraso no andamento dos processos que estão sob nossa responsabilidade.

*Respeitosamente, Maria Helena Júlia Diretora do Departamento de Comunicação Social do MJ
Com base no disposto no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, julgue os
próximos itens, tendo como referência o texto apresentado.*

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

1) *Infere-se do emprego do fecho “Respeitosamente” que o texto estabelece uma comunicação entre chefias de unidades administrativas.*
 Certo
 Errado
Gabarito Definitivo: Errado

O fecho “respeitosamente” só se usa para cargo superior ao cargo que assina o documento oficial. Isso se respalda em Lima (2005, p. 40):

O fecho das comunicações oficiais possui, além da finalidade óbvia de marcar o final do texto, a de saudar o destinatário. Os modelos para fecho foram regulados, pela primeira vez, na Portaria nº 1 do Ministério da Justiça, em julho de 1937. Hoje, com a desburocratização e de acordo com a Portaria nº4, de 6 de março de 1992, da Secretaria da Administração Federal, há apenas dois tipos de fecho para todas as modalidades de comunicação oficial:

Exemplos: Respeitosamente, para Presidente da República e todas as autoridades do primeiro escalão, inclusive dos Estados e “Atenciosamente” para as demais autoridades e autoridades da mesma hierarquia ou de hierarquia inferior. (LIMA, 2005, p.40).

ANÁLISE DA SEGUNDA QUESTÃO SELECIONADA

A segunda questão a ser analisada é do concurso do órgão público “Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios TJ-DFT”, em 2015, para o cargo de nível superior, de analista judiciário, pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a segunda questão:

*Em 12 de maio de 2011
À Excelentíssima Sra. Chefe da Gerência de Manutenção e Tecnologia do MJ Assunto:
Administração. Pedido de agendamento de manutenção em equipamentos.
1. Com o objetivo de dar cumprimento ao Plano Geral de Reparos e Modernização dos equipamentos de tecnologia deste Órgão, gentilmente, solicito a você o agendamento de visita técnica a este Departamento.
2. Durante as últimas semanas, foram constatados diversos defeitos nos computadores e nos monitores utilizados pelos funcionários. Será necessário reparos e substituições de alguns equipamentos. Por esta razão, solicitamos que a equipe de manutenção dirija-se ao local com peças de substituição.
3. Os equipamentos a serem substituídos são três teclados e três estabilizadores, conforme relatório produzido pela área técnica do Departamento, que segue anexo.*

4. Solicitamos que o agendamento seja realizado o mais rapidamente possível pois a inoperância dos equipamentos ocasiona atraso no andamento dos processos que estão sob nossa responsabilidade.

Respeitosamente, Maria Helena Júlia Diretora do Departamento de Comunicação Social do MJ
Com base no disposto no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, julgue os próximos itens, tendo como referência o texto apresentado.

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

2) Para garantir a correção gramatical e a adequação da linguagem, o pronome “Você” deveria ser substituído por Sua Excelência, considerando-se o cargo ocupado pela autoridade a que o documento se destina.

() certo

() errado

Gabarito Definitivo: Errado

A substituição de “você” por “Sua Excelência” não atenderia à correção gramatical, pois “Sua Excelência” se usa no endereçamento. O correto seria “Vossa Senhoria”, de acordo com manual de redação oficial. Isso se respalda em Lima, (2005 p. 10).

Formas de Tratamento, as formas de tratamento mais usuais são: você (v.)- Vocês (vv.) usa-se para pessoas familiares ou com quem se tem intimidade. Vossa Excelência- Sua Excelência- é a forma de tratamento mais elevada. Aplica-se aos três Chefes de Poder (Presidente da República, Presidente do Congresso Nacional e presidente do Supremo Tribunal Federal) para os quais não se deve usar as correspondentes abreviaturas (V. Ex.^a e S. Ex.^a). (LIMA, 2005. p. 10).

ANÁLISE DA TERCEIRA QUESTÃO SELECIONADA

A terceira questão a ser analisada é do concurso do órgão público “Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios TJ-DFT”, em 2015, para o cargo de nível superior, de analista judiciário, pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a terceira questão:

Em 12 de maio de 2011

À Excelentíssima Sra. Chefe da Gerência de Manutenção e Tecnologia do MJ Assunto: Administração. Pedido de agendamento de manutenção em equipamentos.

1. Com o objetivo de dar cumprimento ao Plano Geral de Reparos e Modernização dos equipamentos de tecnologia deste Órgão, gentilmente, solicito a você o agendamento de visita técnica a este Departamento.

2. Durante as últimas semanas, foram constatados diversos defeitos nos computadores e nos monitores utilizados pelos funcionários. Será necessário reparos e substituições de alguns equipamentos. Por esta razão, solicitamos que a equipe de manutenção dirija-se ao local com peças de substituição.

3. Os equipamentos a serem substituídos são três teclados e três estabilizadores, conforme relatório produzido pela área técnica do Departamento, que segue anexo.

4. Solicitamos que o agendamento seja realizado o mais rapidamente possível pois a inoperância dos equipamentos ocasiona atraso no andamento dos processos que estão sob nossa responsabilidade.

Respeitosamente, Maria Helena Júlia Diretora do Departamento de Comunicação Social do MJ
Com base no disposto no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, julgue os próximos itens, tendo como referência o texto apresentado.

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

3) O posicionamento adotado para a data e a numeração do documento está em desacordo com o disposto no referido manual para o padrão ofício de documentos oficiais.

() certo

() errado

Gabarito Definitivo: Certo

O local onde indica a data está em desacordo com o Manual de Redação Oficial. O local certo seria do lado direito. Isso se respalda em Lima, (2005 p. 38).

Citação: Local e Data, o local e data em que o expediente foi assinado devem ser datilografados ou digitados por extenso, com alinhamento à direita do texto.

Exemplo: Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2003. (LIMA, 2005 p. 38).

ANÁLISE DA QUARTA QUESTÃO SELECIONADA

A quarta questão a ser analisada é do concurso do órgão público “Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios TJ-DFT”, em 2015, para o cargo de nível superior, de analista judiciário, pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a quarta questão:

Em 12 de maio de 2011

À Excelentíssima Sra. Chefe da Gerência de Manutenção e Tecnologia do MJ Assunto: Administração. Pedido de agendamento de manutenção em equipamentos.

1. Com o objetivo de dar cumprimento ao Plano Geral de Reparos e Modernização dos equipamentos de tecnologia deste Órgão, gentilmente, solicito a você o agendamento de visita técnica a este Departamento.

2. Durante as últimas semanas, foram constatados diversos defeitos nos computadores e nos monitores utilizados pelos funcionários. Será necessário reparos e substituições de alguns equipamentos. Por esta razão, solicitamos que a equipe de manutenção dirija-se ao local com peças de substituição.

3. Os equipamentos a serem substituídos são três teclados e três estabilizadores, conforme relatório produzido pela área técnica do Departamento, que segue anexo.

4. Solicitamos que o agendamento seja realizado o mais rapidamente possível pois a inoperância dos equipamentos ocasiona atraso no andamento dos processos que estão sob nossa responsabilidade.

Respeitosamente, Maria Helena Júlia Diretora do Departamento de Comunicação Social do MJ
Com base no disposto no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, julgue os próximos itens, tendo como referência o texto apresentado.

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

4) O emprego do vocativo “Excelentíssima” está adequado e justifica-se pelo fato de a destinatária do documento ocupar cargo de chefia de unidade administrativa.

() certo

() errado

Gabarito Definitivo: Errado

O vocativo está inadequado, o correto seria “Senhora Chefe”, é não “Excelentíssima” como foi empregado. “Excelentíssimo(a)” só pode ser usado para chefe de poder. Isso se respalda em Lima, (2005 p. 12).

Vocativo ou invocação, é a expressão pela qual se chama a atenção da pessoa a quem se escreve ou o qualificativo que indica a expressão de tratamento a ser empregada no texto do expediente.

Os vocativos são: para Excelência: Excelentíssimo Senhor, para Eminência: Eminentíssimo Senhor, para Senhoria Senhor e etc. (LIMA, 2005 p. 12).

ANÁLISE DA QUINTA QUESTÃO SELECIONADA

A quinta questão a ser analisada é do concurso do órgão público “Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios TJ-DFT”, em 2015, para o cargo de nível superior, de analista judiciário, pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a quinta questão:

Em 12 de maio de 2011

À Excelentíssima Sra. Chefe da Gerência de Manutenção e Tecnologia do MJ Assunto: Administração. Pedido de agendamento de manutenção em equipamentos.

1. Com o objetivo de dar cumprimento ao Plano Geral de Reparos e Modernização dos equipamentos de tecnologia deste Órgão, gentilmente, solicito a você o agendamento de visita técnica a este Departamento.

2. Durante as últimas semanas, foram constatados diversos defeitos nos computadores e nos monitores utilizados pelos funcionários. Será necessário reparos e substituições de alguns equipamentos. Por esta razão, solicitamos que a equipe de manutenção dirija-se ao local com peças de substituição.

3. Os equipamentos a serem substituídos são três teclados e três estabilizadores, conforme relatório produzido pela área técnica do Departamento, que segue anexo.

4. Solicitamos que o agendamento seja realizado o mais rapidamente possível pois a inoperância dos equipamentos ocasiona atraso no andamento dos processos que estão sob nossa responsabilidade.

Respeitosamente, Maria Helena Júlia Diretora do Departamento de Comunicação Social do MJ Com base no disposto no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, julgue os próximos itens, tendo como referência o texto apresentado.

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

5) O texto, uma comunicação administrativa entre unidades administrativas de um mesmo órgão, classifica-se como memorando.

() certo

() errado

Gabarito Definitivo: Certo

O “Memorando” é um documento utilizado dentro dos órgãos, e mais rápido e mais simples, é um documento interno. Isso se respalda em Lima, (2005 p. 121).

Memorando, é a correspondência interna utilizada entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente, na qual se expõe qualquer assunto referente à atividade administrativa. Comunicação, Papeleta e Nota são documentos que têm as mesmas características do Memorando, usados conforme a tradição do órgão. (LIMA, 2005 p.121).

ANÁLISE DA SEXTA QUESTÃO SELECIONADA

A sexta questão a ser analisada é do concurso do órgão público “Superior Tribunal de Justiça STJ”, em 2015, para o cargo de nível superior, de analista judiciário- Área Administrativa pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte comando para a sexta questão:

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos das correspondências oficiais previstos no Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens que se seguem.

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

6) Caso um ministro da Primeira Turma do STJ tenha de encaminhar um documento a um ministro da Quarta Turma desse mesmo tribunal, a comunicação a ser expedida para esse fim será o aviso, e o fecho a ser utilizado será “Cordialmente”.

() certo

() errado

Gabarito Definitivo: errado

A modalidade de comunicação para entre ministro do tribunal, seria Ofício, “Aviso” só é utilizado para comunicação entre Ministros de Estado. O fecho a ser utilizado seria “Atenciosamente”, pois se trata de autoridades de mesma hierarquia. Isso se respalda em Lima, (2005 p. 31 e 32).

Aviso, estrutura semelhante à do ofício, assinada por Ministros de estado e/ou dirigentes de órgãos integrantes da Presidência da República para comunicação com outra autoridade de igual nível hierárquico ou com seus subalternos. (Lima, 2005. AVISO pagina 79). Atenciosamente, para autoridades da mesma hierarquia ou de hierarquia inferior. (LIMA, 2005 p. 31-32).

ANÁLISE DA SÉTIMA QUESTÃO SELECIONADA

A sétima questão a ser analisada é do concurso do órgão público “Superior Tribunal de Justiça STJ”, em 2015, para o cargo de nível superior, de analista judiciário- Área Administrativa pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte comando para a sétima questão:

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos das correspondências oficiais previstos no Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens que se seguem.

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

7) Sempre que possível, os despachos ao memorando devem ser registrados no próprio documento, para simplificar o processo e garantir maior transparência às decisões tomadas.
() certo
() errado
Gabarito Definitivo: certo

O memorando é um documento utilizado para informações corriqueiras sobre atividades administrativas. É um documento interno. Despachar no próprio Memorando dá celeridade ao processo. Isso se respalda em Lima, (2005 p. 121).

Memorando é a correspondência interna utilizada entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente, na qual se expõe qualquer assunto referente à atividade administrativa. (LIMA, 2005 p.121).

ANÁLISE DA OITAVA QUESTÃO SELECIONADA

A oitava questão a ser analisada é do concurso do órgão público “Superior Tribunal de Justiça STJ”, em 2015, para o cargo de nível superior, de analista judiciário- Área Administrativa pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte comando para a oitava questão:

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos das correspondências oficiais previstos no Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens que se seguem.

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

8) A exposição de motivos é uma comunicação oficial dirigida ao presidente da República ou ao vice-presidente por um ministro de Estado e pode ser interministerial, ou seja, assinada por mais de um ministro.

() certo

() errado

Gabarito Definitivo: certo.

A exposição dos motivos tem encaminhamento ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente e pode ser assinada por um Ministro de Estado ou, no caso Interministerial, por mais de um Ministro. Isso se respalda em Lima, (2005 p. 110) e Mendes, (2002, p.19).

Exposição de motivos, é forma de correspondência oficial assinada por Ministro de Estado ou por dirigentes de órgãos da Presidência da República, justificado medidas propostas em anexo ou submetendo à deliberação presidencial assuntos de sua administração. O Chefe do Poder Executivo, conforme o caso, os soluciona por despacho, decreto ou mensagem ao Congresso Nacional. (LIMA, (2005 p. 110).

Exposição de Motivos é o expediente dirigido ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente para: a) informá-lo de determinado assunto; b) propor alguma medida; ou c) submeter a sua consideração projeto de ato normativo. (MENDES, 2002 p.19).

ANÁLISE DA NONA QUESTÃO SELECIONADA

A nona questão a ser analisada é do concurso do órgão público “Superior Tribunal de Justiça STJ”, em 2015, para o cargo de nível superior, de analista judiciário- Área Administrativa pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte comando para a nona questão:

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos das correspondências oficiais previstos no Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens que se seguem.

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

9) O pronome de tratamento adequado para se dirigir a desembargadores e a auditores da justiça militar é “Vossa Excelência”.

() certo

() errado

Gabarito Definitivo: certo

O pronome de tratamento é adequado ao se tratar de autoridades.

Isso se respalda em Mendes (2002, p. 9).

Pronome de tratamento obedece a secular tradição. São de uso consagrado: Vossa Excelência, para as seguintes autoridades: a) Poder Executivo; Presidente da República; Vice-Presidente da República; Ministro de Estado; Governadores e Vice-Governadores do Estado e do Distrito Federal; Oficiais-Generais das Forças Armadas; Embaixadores; Secretários-Executivos de Ministérios e demais

ocupantes de cargos de natureza especial; Secretários de Estado dos Governos Estaduais; (MENDES, 2002 p. 9).

ANÁLISE DA DÉCIMA QUESTÃO SELECIONADA

A décima questão a ser analisada é do concurso do órgão público “Superior Tribunal de Justiça STJ”, em 2015, para o cargo de nível superior, de analista judiciário- Área Administrativa pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a quinta questão:

Assunto: encaminha processo.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Ao cumprimentá-lo, encaminhamos processo, registrado sob n.º 1234567-00.2015.3.0.0000, para análise do mesmo e para emissão do parecer de Vossa Excelência o Senhor Ministro.

Atenciosamente,

[assinatura]

[identificação do signatário]

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

Considerando o fragmento da comunicação hipotética anteriormente apresentado, julgue os próximos itens com base no Manual de Redação da Presidência da República.

10) A linguagem empregada no documento hipotético em questão atende aos princípios de clareza, concisão e uso de linguagem formal e, portanto, é adequada à comunicação oficial.

() certo

() errado

Gabarito Definitivo: errado

O documento acima não está conciso, pois usa expressões desnecessárias como “para análise ... para emissão.” Isso se respalda em Lima, (2005 p. 4 e 5).

Concisão: Deve-se mencionar apenas o estritamente indispensável, exprimindo o maior número de ideias com o mínimo possível de palavras. Mas há que ter o cuidado de não pretender alcançar a concisão em detrimento de clareza, deve-se eliminar, o uso excessivo de “um” e “uma”; o uso abusivo da palavra “que”. (LIMA, 2005 p. 4 e 5).

ANÁLISE DA DÉCIMA-PRIMEIRA QUESTÃO SELECIONADA

A décima-primeira questão a ser analisada é do concurso do órgão público “Superior Tribunal de Justiça STJ”, em 2015, para o cargo de nível superior, de analista judiciário- Área Administrativa pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na

referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador para a seguinte questão:

Assunto: encaminha processo.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Ao cumprimentá-lo, encaminhamos processo, registrado sob n.º 1234567-00.2015.3.0.0000, para análise do mesmo e para emissão do parecer de Vossa Excelência o Senhor Ministro.

Atenciosamente,

[assinatura]

[identificação do signatário]

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

11) *A estrutura do documento apresentado é adequada à composição de um ofício.*

certo

errado

Gabarito Definitivo: certo

A estrutura apresentada no documento é um ofício, pois contém: vocativo, corpo do texto, fecho e assinatura. Isso se respalda em Mendes, (2002 p. 11 e 12).

Partes do documento no padrão ofício; a) tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede; b) local e data; c) assunto; d) destinatário; e) texto; f) fecho; g) assinatura; H identificação do signatário. (MENDES, 2002 p. 11 e 12).

ANÁLISE DA DÉCIMA-SEGUNDA QUESTÃO SELECIONADA

A décima-segunda questão a ser analisada é do concurso do órgão público Tribunal de contas do Estado de Santa Catarina”, em 2015, para o cargo de nível superior, de auditor discal de controle externo- área informática, pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador:

Ofício n.º 0064/2016 – TCE/SC

Florianópolis, 25 de janeiro de 2016.

XXXXXX

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde — R. Dr. Jorge Luz Fontes, 310 — Centro 88020-900 — Florianópolis — SC

Assunto: Encaminhamento de documento — Ofício n.º 242/2016-GP

XXXXXXXX,

Em resposta ao Ofício n.º 242/2016-GP, encaminhado, anexa, cópia do Parecer n.º 01/2016 da DCE — TCE/SC acerca das inspeções realizadas em hospitais da rede pública estadual, no ano de 2015.

Respeitosamente,

[Assinatura]

[identificação do signatário]

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

Tendo como referência a comunicação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir à luz das normas do Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

12) Na identificação do signatário da referida comunicação, devem constar, abaixo do local da assinatura, o nome e o cargo da autoridade que expede a mensagem.

() certo

() errado

Gabarito Definitivo: certo

Assinatura e identificação do signatário estão corretamente orientadas conforme o Manual de Redação da Presidência da República, assinatura em cima e, logo abaixo, o cargo que ocupa. Isso se respalda em Mendes, (2002 p. 11).

Identificação do signatário, excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local de assinatura. A forma de identificação deve ser a seguinte: (espaço para assinatura) NOME; Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República (espaço para assinatura) NOME Ministro de Estado da Justiça; Para evitar equívocos, recomenda-se não deixar a assinatura em página isolada do expediente. Transfira para essa página ao menos a última frase anterior ao fecho. (MENDES, 2002 p. 11).

ANÁLISE DA DÉCIMA-TERCEIRA QUESTÃO SELECIONADA

A décima-terceira questão a ser analisada é do concurso do órgão público Tribunal de contas do Estado de Santa Catarina”, em 2015, para o cargo de nível superior, de auditor discal de controle externo- área informática, pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador:

Ofício n.º 0064/2016 – TCE/SC

Florianópolis, 25 de janeiro de 2016.

XXXXXX

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde — R. Dr. Jorge Luz Fontes, 310 — Centro 88020-900 — Florianópolis — SC

Assunto: Encaminhamento de documento — Ofício n.º 242/2016-GP

XXXXXXX,

Em resposta ao Ofício n.º 242/2016-GP, encaminhado, anexa, cópia do Parecer n.º 01/2016 da DCE — TCE/SC acerca das inspeções realizadas em hospitais da rede pública estadual, no ano de 2015.

Respeitosamente,

[Assinatura]

[identificação do signatário]

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

Tendo como referência a comunicação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir à luz das normas do Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

13) O expediente em análise não está adequado quanto à finalidade e à estrutura do padrão do ofício, visto que não contém parágrafos de desenvolvimento devidamente numerados nem comentários do signatário da comunicação a respeito do documento encaminhado.

() certo

() errado

Gabarito Definitivo: errado

O documento em análise está correto, pois contém: assunto, corpo do texto, local e data. A obrigatoriedade de numeração dos parágrafos só se dá quando há mais de dois parágrafos. Isso se respalda em Mendes, (2002 p.11 e 12).

Estrutura do Padrão Ofício deve conter: a) tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede; b) local e data; c) assunto; d) destinatário; e) texto; f) fecho; g) assinatura; H identificação do signatário. (MENDES, 2002 p. 11 e 12).

ANÁLISE DA DÉCIMA-QUARTA QUESTÃO SELECIONADA

A décima-quarta questão a ser analisada é do concurso do órgão público Tribunal de contas do Estado de Santa Catarina”, em 2015, para o cargo de nível superior, de auditor discal de controle externo- área informática, pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador:

Ofício n.º 0064/2016 – TCE/SC

Florianópolis, 25 de janeiro de 2016.

XXXXXX

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde — R. Dr. Jorge Luz Fontes, 310 — Centro 88020-900 — Florianópolis — SC

Assunto: Encaminhamento de documento — Ofício n.º 242/2016-GP

XXXXXXX,

Em resposta ao Ofício n.º 242/2016-GP, encaminhado, anexa, cópia do Parecer n.º 01/2016 da DCE — TCE/SC acerca das inspeções realizadas em hospitais da rede pública estadual, no ano de 2015.

Respeitosamente,

[Assinatura]

[identificação do signatário]

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

Tendo como referência a comunicação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir à luz das normas do Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

14) O expediente em apreço consiste em uma forma de comunicação eminentemente interna.

() certo

() errado

Gabarito Definitivo: errado

No caso se refere a uma comunicação externa entre órgãos da Assembleia legislativa de Santa Catarina e o Tribunal de Conta do Estado de Santa Catarina. Ofício é um documento externo: de um órgão para outro órgão. Isso se respalda em Mendes, (2002 p. 86).

Processo Legislativo Interno, além do processo legislativo disciplinado na Constituição (processo legislativo externo), identifica a doutrina o chamado processo legislativo interno, que se refere ao modus faciendi adotado para a tomada de decisão legislativa. (MENDES, 2002 p.86).

ANÁLISE DA DÉCIMA-QUINTA QUESTÃO SELECIONADA

A décima-quinta questão a ser analisada é do concurso do órgão público “Tribunal de contas do Estado de Santa Catarina”, em 2015, para o cargo de nível superior, de auditor discal de controle externo- área informática, pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte texto motivador:

Ofício n.º 0064/2016 – TCE/SC

Florianópolis, 25 de janeiro de 2016.

XXXXXXX

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde — R. Dr. Jorge Luz Fontes, 310 — Centro 88020-900 — Florianópolis — SC

Assunto: Encaminhamento de documento — Ofício n.º 242/2016-GP

XXXXXXX,

Em resposta ao Ofício n.º 242/2016-GP, encaminho, anexa, cópia do Parecer n.º 01/2016 da DCE — TCE/SC acerca das inspeções realizadas em hospitais da rede pública estadual, no ano de 2015.

Respeitosamente,

[Assinatura]

[identificação do signatário]

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

Tendo como referência a comunicação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir à luz das normas do Manual de Redação da Presidência da República (MRPR).

15) No documento apresentado, foram atendidas as normas do padrão ofício estabelecidas pelo MRPR relativas à posição da data e do local.

() certo

() errado

Gabarito Definitivo: certo

Com relação à data e ao local, está correto, do lado direito da folha, de acordo com MRPR. Isso se respalda em Mendes, (2002 p. 11).

Local e Data em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita. (MENDES, 2002 p.11).

ANÁLISE DA DÉCIMA-SEXTA QUESTÃO SELECIONADA

A décima-sexta questão a ser analisada é do concurso do órgão público Tribunal Regional Federal 1º região “TRF1º”, em 2017, para o cargo de nível médio, de técnico judiciário área taquigrafia, pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte comando:

Com base no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue os itens seguintes.

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

16) O memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão.

() certo

() errado

Gabarito Definitivo: certo

O memorando é uma modalidade de comunicação interna entre órgãos, por ser mais rápido e menos oneroso à burocracia, é mais flexível que o Ofício. Isso se respalda em Mendes (2002, p.17):

O memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um esmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou níveis diferentes. Trata-se, portanto, de uma comunicação eminente interna. Pode ter caráter meramente administrativo, ou ser empregado para a exposição de projetos, ideias, diretrizes etc. a serem adotados por determinado setor do serviço público. Sua característica principal é a agilidade. A tramitação do memorando em qual quer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Esse procedimento permite formar uma espécie de processo simplificado, assegurando maior transparência à tomada de decisões, e permitindo que se historicize o andamento da matéria tratada no memorando. (MENDES, 2002 p. 17).

ANÁLISE DA DÉCIMA-SÉTIMA QUESTÃO SELECIONADA

A décima-sétima questão a ser analisada é do concurso do órgão público Tribunal Regional Federal 1º região “TRF1º”, em 2017, para o cargo de nível médio, de técnico judiciário área taquigrafia, pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte comando:

Com base no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue os itens seguintes.

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

17) De acordo com o MRPR, não existe um padrão oficial de linguagem.

() certo

() errado

Gabarito Definitivo: certo

O Manual de Redação Oficial não pede uma linguagem padronizada e sim o uso da norma culta padrão, ou seja, escrever com clareza, objetividade, impessoalidade por se tratar de uma comunicação de um órgão público. Isso se respalda em Mendes, (2002 p. 4).

A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade, aplicam-se às comunicações oficiais: elas devem sempre permitir uma única interpretação e ser estritamente impessoais e uniformes, o que exige o uso de certo nível de linguagem. (MENDES 2002, p. 4).

ANÁLISE DA DÉCIMA-OITAVA QUESTÃO SELECIONADA

A décima-oitava questão a ser analisada é do concurso do órgão público Tribunal Regional Federal 1º região “TRF1º”, em 2017, para o cargo de nível médio, de técnico judiciário área taquigrafia, pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte comando:

Com base no Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue os itens seguintes.

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

18) O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas a um juiz de direito é Senhor, seguido do cargo: Senhor Juiz.
() certo
() errado
Gabarito Definitivo: certo

O vocativo está correto, emprega-se “Senhor”, seguido do respectivo cargo que ocupa para as demais autoridades. O vocativo “Excelentíssimo” se emprega às autoridades de altas patentes como o Presidente da República e demais chefes de poder. Isso se respalda em Mendes, (2002 p. 13)

Quanto a sua forma, aviso e ofício seguem o modelo padrão ofício, com acréscimo de vocativo, que invoca o destinatário (v. 2.1 Pronomes de Tratamento), seguido de vírgula. Exemplo: Senhora Ministra; Senhor Chefe de Gabinete. (MENDES, 2002 p.13).

ANÁLISE DA DÉCIMA-NONA QUESTÃO SELECIONADA

A décima-nona questão a ser analisada é do concurso do órgão público Ministério Público da União “MPU”, em 2015, para o cargo de nível superior, de analista, pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte comando:

Julgue os seguintes itens de acordo com as prescrições constantes no Manual de Redação da Presidência da República acerca das características formais e linguísticas das correspondências oficiais.

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

19) Em um ofício, informações relativas ao remetente, tais como nome do órgão e(ou) do setor a que ele pertence, endereço postal, telefone e endereço de correio eletrônico são obrigatórias e podem ser apresentadas no cabeçalho ou no rodapé do expediente.

- certo
 errado

Gabarito Definitivo: certo

Correto, informações sobre o remetente devem estar no endereçamento ou no envelope para saber de qual órgão se trata, e assim fica mais fácil sua identificação. Isso se respalda em Mendes, (2002 p. 13).

Devem constar do cabeçalho ou do rodapé do ofício as seguintes informações do remetente: Nome do órgão ou setor; endereço postal; telefone e endereço de correio eletrônico; (MENDES, 2002 p. 13).

ANÁLISE DA VIGÉSIMA QUESTÃO SELECIONADA

A vigésima questão a ser analisada é do concurso do órgão público Ministério Público da União “MPU”, em 2015, para o cargo de nível superior, de analista, pela banca Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos “Cesbraspe/Cespe”. Na referida questão a banca examinadora ofereceu o seguinte comando:

Julgue os seguintes itens de acordo com as prescrições constantes no Manual de Redação da Presidência da República acerca das características formais e linguísticas das correspondências oficiais.

De acordo com o texto a cima, dentre todas as questões de Língua Portuguesa que se compuseram a prova objetiva deste certame, os autores selecionaram a seguinte questão:

20) O telegrama é uma forma de comunicação oficial que, por ser dispendiosa e tecnologicamente ultrapassada, foi substituída integralmente por formas de comunicação mais modernas, econômicas e rápidas, como o fax e o correio eletrônico.

- certo
 errado

Gabarito Definitivo: errado

O telegrama é uma forma de comunicação oficial, que se encontra no Manual de Redação da Presidência da República e não foi substituído pelas outras duas formas de se transmitir um documento oficial. Seu uso é mais raro, mas ainda existente. O fax é uma forma de comunicação usada quando se tratar de assuntos de extrema urgência no serviço público e posteriormente devem ser enviados os originais para sua comprovação. Isso se respalda em Mendes, (2002 p. 26).

Com o fito de uniformizar a terminologia e simplificar os procedimentos burocráticos, passa a receber o título de telegrama toda comunicação oficial expedida por meio de telegrafia, telex, etc. Por tratar-se de forma de comunicação dispendiosa aos cofres públicos e tecnologicamente superada, deve restringir-se o uso do telegrama apenas àquelas situações que não seja possível o uso de correio eletrônico ou fax e que a urgência justifique sua utilização e, também em razão de seu custo elevado, esta forma de comunicação deve pautar-se pela concisão (v. 1.4. Concisão e Clareza). (MENDES, 2002 p. 26).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo científico analisou algumas das questões mais cobradas nos últimos concursos públicos, e teve por finalidade esclarecer e explicar a crescente demanda nos assuntos mais cobrados nos últimos anos. Assim, os candidatos irão focar nos assuntos mais cobrados e aprender os principais tópicos mais exigidos pelas bancas examinadoras a fim de melhorar o resultado no quesito “redação oficial”.

Foram analisados diversos tipos de questões, entre elas as que requerem formação em nível médio ou superior. Dentre as questões analisadas, nos cargos de nível médio são menos explorados os assuntos mais complexos, assim, o candidato precisa saber basicamente o local onde se posicionam “local e data”, quais as “formas de tratamento” nos documentos oficiais etc. Já os cargos que requerem formação em nível superior exigem um pouco mais de conhecimento, como saber acerca de clareza, concisão, impessoalidade, pronomes de tratamento e fecho nas comunicações.

Os órgãos públicos analisados foram Superior Tribunal de Justiça “STJ”, Tribunal de Contas do Estado do Pará TCE-PA, entre outros órgãos, sobre os temas mais cobrados sobre Redação Oficial e de Expediente.

Esse artigo teve por finalidade atender os alunos iniciantes e/ou os que estão há algum tempo estudando para concursos e querem aprender mais sobre as questões do tema de redação oficial. Esse artigo visou esclarecer, analisar, discutir e compreender os assuntos cobrados em cada questão.

Essa foi uma pesquisa teórica de análise de questões de concursos públicos nos últimos anos e, assim, foram usados autores e livros para respaldar os comentários dados para cada questão. Também é uma pesquisa social que por investigar determinado grupo social dos candidatos que fazem as provas de concursos públicos.

O resultado alcançado nesta pesquisa científica sobre o tema de redação oficial das questões mais cobradas foi aperfeiçoar também o nosso aprendizado. Que esta pesquisa oportunize o seu êxito, que depende da sua vontade, do seu esforço e da sua dedicação para aprender cada vez mais para assim atingir seu

objetivo. Tudo depende do esforço e dedicação em que você empenha seu tempo, para alcançar um ótimo resultado.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. *Redação Oficial, Dissertação e Interpretação de Textos*. 2.ed. Brasília: JRG, 2015.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo (org.). *Redação Oficial e de Expediente: Ata, Ofício, Parecer, Memorando e outros*. 2.ed. Brasília: Vestcon, 2006. .

LIMA, Antônio Oliveira. *Manual de Redação Oficial: teoria, modelos e exercícios*. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MENDES, Gilmar Ferreira (org.). *Manual de redação da Presidência da República*. 2. ed. Brasília: Presidência da República, 2002. 140 p.

CANVAS SOCIAL: TECNOLOGIA PARA MODELAR A MISSÃO E OS IMPACTOS DO TERCEIRO SETOR¹

SOCIAL CANVAS: TECHNOLOGY TO MODEL THE MISSION AND THE IMPACTS OF THE THIRD SECTOR

Alessandro Aveni²

RESUMO

O uso de modelos em formato Canvas, como o Business Model Canvas, desenvolve um papel importante na orientação de organizações empresariais e *startups*. O Canvas Social, como está sendo elaborado e praticado no exterior, é uma das maneiras de apresentar o modelo de uma organização que impacta socialmente. Existe também uma literatura do modelo Canvas principalmente sobre empresas com impacto social que não abrange todas as atividades propostas de valor social de organizações e todas as organizações engajadas. O trabalho propõe-se a comparar alguns modelos e propor a análise Canvas do modelo organizacional de organizações do terceiro setor. No Brasil estão surgindo iniciativas, modelos híbridos e práticas que precisam se amparar em um referencial teórico, e este é o objetivo do trabalho. Os resultados da análise foram aplicados com sucesso em uma organização da sociedade civil mostrando mais clareza em explicar sua missão e suas atividades com impactos sociais. A conclusão da pesquisa é que, em relação ao Canvas Social, há necessidade de usar tipos diferentes por diferentes organizações sociais que têm diferentes missões.

PALAVRAS-CHAVE: MODELO CANVAS SOCIAL. TERCEIRO SETOR. IMPACTO SOCIAL.

ABSTRACT

Use of Canvas models, such as Business Model Canvas, plays an important role in business organizations and startups. Social Canvas, as it is being elaborated and practiced abroad, is one way to present the model of an organization that impacts

¹ Revisor de Texto: Jonas Rodrigo Gonçalves.

² Prof. doutor da Faculdade Processus, desenvolve pesquisa no terceiro setor e projetos sociais. Professor visitante do CDT-UNB na multiincubadora desenvolve projetos e pesquisa de empreendedorismo tecnológico e social. E-mail: alessandro@unb.br

socially. There is also a literature of the Canvas model mainly about companies with social impact that does not cover all social impacts activities of organizations and all organizations engaged. The paper proposes to compare some models and appreciates social canvas analysis for third sector organizations organizational models. Are encountered some emerging initiatives, hybrid models and practices in Brazil that have to be supported with theoretical framework. This is a goal of the work. The results of the analysis were successfully applied in a civil society organization explaining clearly its mission and its activities with social impacts. The conclusion of the research is that the Social Canvas needs to use different typologies by social organizations that have different missions.

KEYWORDS: BUSINESS MODEL Canvas. SOCIAL MODEL Canvas. THIRD SECTOR. SOCIAL IMPACT.

INTRODUÇÃO

A modelagem é uma das técnicas mais usadas na prática de negócios e na aprendizagem. Um tipo de modelagem que serve como ferramenta de análise para definir a ideia e o modelo de negócio nasceu como auxílio da análise estratégica para avaliar no espaço e no tempo as empresas. Um modelo que foi e é muito usado para avaliar ambiente interno e externo é o modelo SWOT³ que usa quatro quadros para primeira análise e para sucessivas correlações.

A ideia de negócio pode ser explicada também para um conjunto de elementos articulados e interligados. O *Business Model Canvas* é muito usado hoje para fixar, em um modelo fácil de visualizar, os mais importantes elementos de um negócio, o Canvas usa nove quadros.

O problema que orienta este trabalho é que hoje diversos Canvas são usados, inclusive para organizações do terceiro setor, mas há pouca discussão e pouca prática do uso de um Canvas Social. O objetivo do trabalho é, assim, apresentar uma síntese das versões atuais traspostas para o idioma português para público brasileiro de discentes e para a comunidade acadêmica como guia inicial para um Canvas social.

³ Streght, Weakness, Oportunities e Trheat (SWOT) ou Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças é um modelo desenvolvido nos anos 70 na Universidade de STANFORD nos EUA.

A transposição implica a tradução, mas também a explicação dos conceitos para que haja melhor entendimento e uso no Brasil.

Justifica-se o trabalho por falta de traduções e de sistematização dos Canvas Sociais no Brasil, tendo como norte o fato de que é preciso certo conhecimento inicial do modelo e seu uso para evitar um uso amador e sem referencial. O que se encontra sobre Canvas Social são propostas, sobretudo por mérito da Sebrae, sobre os modelos para empresas que visam impactos sociais como objetivo próprio ou como atividade de responsabilidade social. Entretanto, no atual trabalho se mostra que é possível usar um Canvas Social para todas as organizações que têm impacto social, inclusive organizações da sociedade civil que não são empresas.

O artigo se divide em três seções. Uma de referencial teórico, em que se apresenta uma síntese sobre os conceitos principais dos modelos Canvas e as organizações de impacto social. Uma segunda seção discute a metodologia usada para análise e a síntese dos principais modelos Canvas Sociais disponíveis atualmente e que podem ser usados no Brasil. Na terceira seção se mostra o caso do Canvas da Uma ONG no Distrito Federal que é uma organização da sociedade civil. Uma seção final conclui o trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção se exploram os conceitos de Business Model Canvas, qual o referencial acadêmico sobre negócios sociais e que tipo de negócios são os negócios sociais.

Modelo Canvas

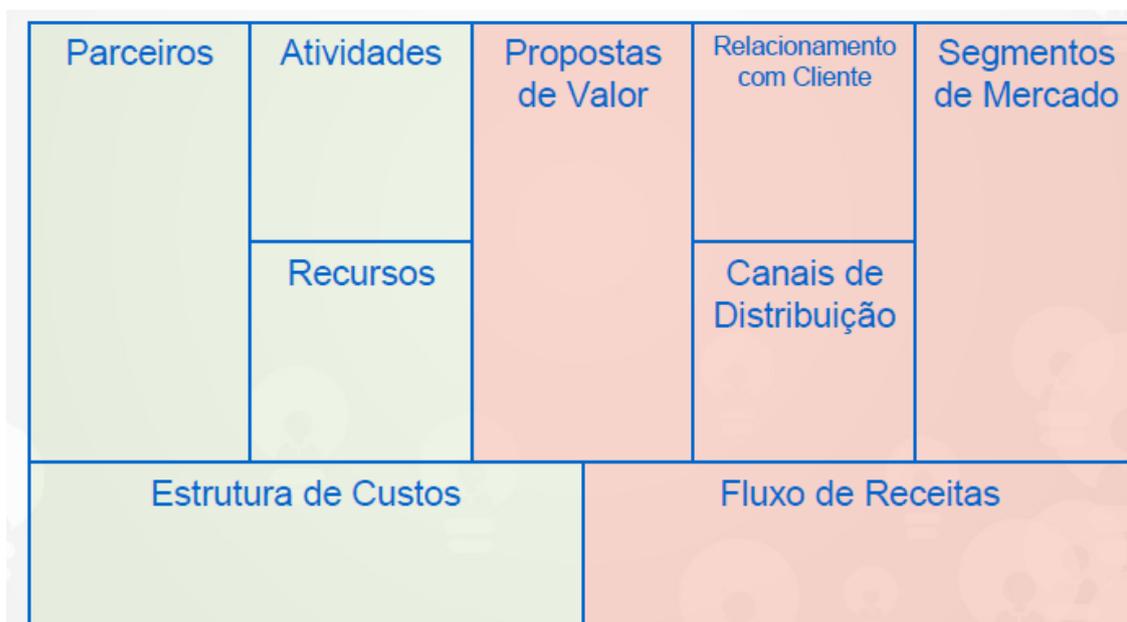
O Business Model Canvas (BMC) ou modelo de negócio Canvas é um quadro espacialmente dividido em nove blocos relacionados, criado por Alex Osterwalder (OSTERWALDER, 2004) que permite descrever as principais funções de um negócio ou uma atividade empresarial.

O quadro pode ser lido também como um plano de ação, do tipo 5W2H em que há quatro etapas: o que deve ser feito; quem vai ser o cliente; como entregar valor para o cliente; e quanto este modelo custa e recebe de receita. Por isso, o escopo principal do modelo não é fazer e esquecer, mas usar na prática pendurando na parede o quadro e modificando e complementando as informações, trocando-a no

quadro, quando necessário para adequar o modelo ao longo do desenvolvimento da empresa.

O modelo foi definido tendo como base várias metodologias para ajudar a aprendizagem como pensamento visual, uso das cores, visão sistêmica, cocriação, simplicidade e usabilidade. Os blocos são nove, mostrados na figura a seguir. Na figura temos duas áreas coloridas diversamente: à esquerda os blocos que dizem a respeito dos custos e de como produzir; à direita a respeito das receitas e de como vender.

Figura 1 – Business Model Canvas de A. Osterwalder



Fonte: Business Model Canvas Sebrae, tradução do modelo Canvas de A. Osterwalder (2004).
Elaboração do autor.

Em relação aos segmentos de mercado, é possível colocar no quadro as respostas às seguintes questões: para quem criamos valor? Quem são os nossos clientes mais importantes? Como os clientes deverão ser segmentados?

Em relação aos clientes, a empresa deve definir suas Propostas de Valor respondendo as seguintes questões: Que valor proporcionamos aos nossos clientes? Quais problemas dos nossos clientes ajudamos a solucionar? Quais necessidades dos nossos clientes satisfazemos? Quais as dores dos clientes em relação à

proposta? Quais pacotes de produtos ou serviços oferecemos a cada segmento de mercado?

Para que os clientes sintam o diferencial do negócio, a respeito dos concorrentes, o quadro Relacionamento com o Cliente é usado para coletar as respostas às questões como: Que tipo de relação esperam os diferentes segmentos de mercado? Que tipo de relações básicas temos estabelecido? Como essas relações se integram em nosso modelo de marketing? E, depois, deve-se responder a questões sobre como alcançamos nossos clientes.

No bloco Canais de Distribuição, respondem-se questões como: Através de quais canais nosso segmento de clientes quer ser alcançado? Como estão integrados nossos canais de comunicação e distribuição? Como estamos integrando-os com os hábitos de nossos clientes?

Esses blocos são a parte do modelo (na figura em cor rosa), relativa aos clientes que geram receitas, e é ligada à parte do modelo relativa à produção (na figura em cor azul). O primeiro bloco contíguo à Proposta de Valor é o das Atividades Chaves. Este bloco responde a questões como: Quais as atividades mais importantes que uma empresa deve realizar para que seu modelo de negócio possa ter sucesso? Quais as atividades-chave para alcançar mercados, manter o relacionamento com o consumidor e gerar receita?

As atividades são relacionadas aos recursos. O bloco dos Recursos responde a questões como: Quais são os recursos-chave necessários para atendermos nossas propostas de valor, canais de distribuição, relações com clientes e vendas? E quais são os parceiros para alcançar nossas metas?

No bloco Parceiros se responde, portanto, a questões como: Qual rede de fornecedores e parceiros faz a empresa funcionar? Quais parcerias existem para beneficiar todas as partes da cadeia de suprimento? Qual rede de parceiros reduz riscos e permite otimização de recursos?

Com a parte da produção do modelo (na figura em cor azul) se pode construir o bloco da estrutura dos custos em que se colocam, sobretudo, os principais e mais relevantes. O modelo seria, assim, completo a não ser que a empresa tenha diferentes segmentos, um portfólio de propostas ou negócios diferentes, o que aponta a ter diferentes Canvas.

Nesse sentido, organizações que querem um impacto social, além de comercial, podem encontrar dificuldades em visualizar em um único Canvas os

impactos comerciais (por exemplo, o fluxo do valor para o cliente) e sociais (os benefícios do serviço para os usuários ou para a comunidade). A partir dessa consideração e para resolver também outro problema, vejamos como criar um Canvas Social.

O 'negócio' no terceiro setor

Segundo alguns acadêmicos, o terceiro setor é, por natureza, impróprio a ser definido em maneira absoluta (OSBORNE, 2008). Isso é devido a razões de fundo e de terminologia, pois, em primeiro lugar, o terceiro setor é frequentemente associado com a ideia de "sociedade civil" e "voluntária", por sua vez ligada à imagem de um sistema não estruturado. O que pode estar sujeito a um ajuste preciso e controlado, porque se acha que ele teria impacto sobre os aspectos positivos do terceiro setor como motivação ou ação voluntária (CORRY, 2008).

O termo "terceiro" sugere a ideia de um setor visto como uma categoria residual, porque ele não se encaixa nas outras duas categorias de "primeiro" e "segundo" setor. Defourny e Nyssens (2006) definem esse setor como formado com organizações que têm um objetivo direto específico para o bem da comunidade, iniciada por um grupo de cidadãos em que o capital-dinheiro está sujeito a limites. Seguindo as sugestões apresentadas por Corry (2010), o termo "terceiro setor" é usado para se referir a fundações, cooperativas, clubes desportivos e para citar apenas algumas que não se enquadram nas categorias representadas pelo Estado e pelo mercado.

Uma definição aceita internacionalmente do terceiro setor é de Salamon e Anheier (1997). Eles, em um projeto internacional, compararam setores sem fins lucrativos, em vários países, e excluíram da definição de terceiro setor os elementos da "economia social" que estão incluídos na França e, por vezes, no Canadá, nomeadamente: congregações religiosas; partidos políticos; cooperativas; Caixas mútuas de Poupança; companhias de seguros mútuo; agências governamentais.

A característica mais evidente no terceiro setor é o fato de ser formado de organizações com as seguintes características:

- Privadas: criadas e geridas por grupos de cidadãos livre escolha;
- Objetivos sociais em geral: assistência pública;
- Gestão: general democrática (com exceção de fundações e entidades religiosas);

-Limites: não lucro corrente de distribuição – Total (associações, fundações), Parciais: cooperativas (Itália) não para a distribuição dos ativos (incluindo cooperativas);

-Papeis: promoção dos direitos (advocacia) e suporte participação da sociedade civil, redistribuição de renda em favor de iniciativas (fundações de tomada de subvenções tais como o sistema bancário, mas também que fazem associações de angariação de fundos), sociais com produção/prestação de serviços de bem-estar, serviços gerais recreativos e culturais para as pessoas.

Quanto ao Terceiro Setor, há no Brasil um marco legal que tem como amparo uma primeira lei, ou lei das OSCIP, que foi a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), e institui e disciplina o Termo de Parceria.

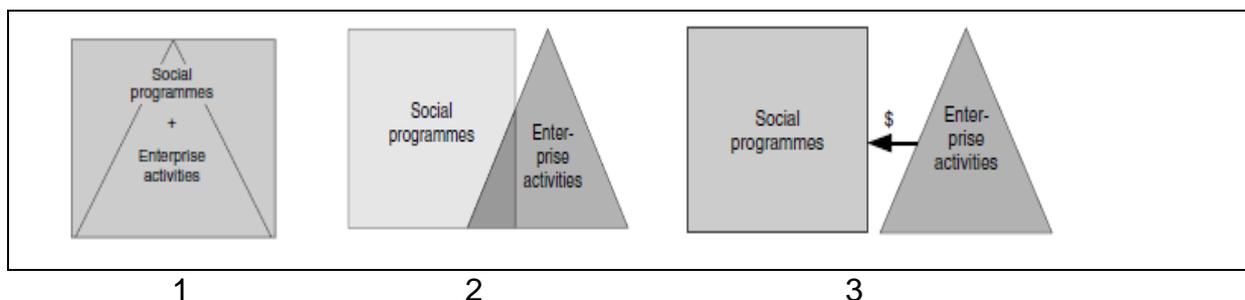
A Lei n.13.019/14 foi chamada de o primeiro Marco Regulatório do Terceiro Setor e regula o repasse de recursos públicos para as Organizações da Sociedade Civil (OSCIPs) ou, em outras palavras, o regime jurídico para as parcerias entre a administração pública e as organizações privadas sem finalidade lucrativa. A Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil para dispor sobre a finalidade das fundações, sobre o prazo para manifestação do Ministério Público sobre as suas alterações estatutárias e a remuneração dos seus dirigentes; e dá outras providências.

Enfim, por algum acadêmico, a economia solidária, que é uma derivação do conceito europeu de economia social, substitui-se por terceiro setor. Paul Singer conceitua o Terceiro Setor como constelações de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, prestar serviços, ajudar, poupar, segurar. A economia solidária, segundo seu livro *Introdução à Economia Solidária*, publicado pela Fundação Perseu Abramo (SINGER, 2002), torna-se um conceito que ideologicamente propõe outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. (SINGER: 2002, p. 10). Essa vertente minoritária de associações da sociedade civil não pode usar um modelo Canvas, pois

não reconhece o mercado como horizonte para suas organizações e, assim, fica inviável um modelo que explica uma organização que atua no mercado para ser usado em uma economia solidária que não se reconhece no mercado.

Pode-se resumir este parágrafo de referencial dizendo-se que o “negócio” social inclui diferentes entidades e missões e que um Canvas Social faz sentido se é útil para todas estas entidades em mostrar como é criado o impacto social da missão. A seguir é apresentado um esquema que mostra como as organizações sociais e empresariais se encontram nas suas ações de impacto social.

Figura 2 - Dimensões de organizações que têm impactos sociais



Fonte: Alter, 2006, em Nicholls A. 2006. Modificado pelo autor.

Legenda (elaborada pelo autor):

- 1 Empresa orientada a missão social
- 2 Empresa de impacto social
- 3 Empresa desenvolvendo responsabilidade social

A seguir, outra figura que mostra, à esquerda, organizações voluntárias e populares, e, à direita, organizações de mercado. No meio, organizações sem fins lucrativos e empresas sociais que são duas organizações as quais ficam entre dois extremos: um extremo de relações puras de mercado e outro de relações sociais puras.

Figura 3 : organizações de impacto social

ORGANIZAÇÕES TÍPICAS (*)			
Economia social e solidária	Associações sem fins lucrativos	Empresas sociais	Empresas
Associações formais e informais	Fundações sem fins lucrativos	Empresas de impacto social	Outras organizações Públicas
Inclusão social	Outras organizações formais	Financiadores de projetos sociais	Responsabilidade socio-ambiental
IMPACTOS SOCIAIS PRINCIPAIS			
vulnerabilidade inclusão cidadania trocas justas	vulnerabilidade inclusão educação saúde	preço justo bens e serviços para baixa renda bens e serviços grátis educação no trabalho	Políticas sociais Programas sociais Projetos sociais Serviços sociais fundamentais Financiamentos e doações
(*) pode existir organizações híbridas que combinam várias formas de atuação para impactos sociais			

Fonte: elaboração do autor.

Escolas de empreendedorismo social

Para uso do Canvas no terceiro setor assim, deve ser esclarecido o que é modelar o sistema de trabalho do terceiro setor e empreendedorismo social. Isso é o “negócio” a ser modelado no Canvas. Trata-se de um tipo de modelagem que deve ser diferenciado do modelo de negócio orientado ao impacto financeiro do mercado.

O empreendedorismo social sempre foi objeto de investigação, pois sempre tinha organizações humanitárias ou organizações religiosas em busca de vulnerabilidades para ofertar seus serviços. A escola de empreendedorismo social a que o Canvas social internacional faz referência é composta por acadêmicos e autores que, entre os anos 1980 e 2010, desenvolveram os conceitos básicos do empreendedorismo social, sendo o principal deles P. Drucker. Outros autores dessa vertente mais famosos são M. Junus, P.F. Drucker, B. Drayton, C. Leadbreater, C. Prahalad, Bornstein. Sintetizando esta escola, pode-se dizer que, inicialmente, o que divide empresas sociais de empresas que visam objetivos de mercado é a missão.

A missão de uma empresa social busca ofertar serviços à sociedade, ter um impacto social e desenvolver um projeto sustentável, incluindo ações favoráveis à redução de impactos no meio ambiente.

O caso mais famoso desse tipo de atitude é do Bengalês M. Junus Yunus que era professor de economia no seu país. Ele começou com um empréstimo de apenas 27 dólares, em 1974, quando Bangladesh foi atingida por grave escassez de alimentos. Yunus emprestou dinheiro para 42 mulheres e, em pouco tempo, as

mulheres pagaram os empréstimos. Com esse sucesso inicial, Yunus criou uma empresa experimental de microcrédito, em 1977.

Ele teve que combater contra os bancos tradicionais que não queriam adotar seu modelo e decidiu criar seu próprio banco, o Banco Grameen, em 1983. Nessa sua proposta, ele criou o conceito original de microcrédito. Segundo o autor, os pobres estão presos em uma armadilha de pobreza, porque lhes falta acesso ao crédito. Proporcionar aos pobres o acesso ao crédito e à tecnologia da informação eliminará a pobreza. O microcrédito cria um jeito de as pessoas ajudarem a si mesmas. Para Yunus, os negócios sociais são uma categoria de atividades econômicas que ficam entre a filantropia e os negócios tradicionais que têm como objetivo maximizar os lucros.

Na área acadêmica e de consultoria, P.F. Drucker, no seu livro *Managing non profit organization* (DRUCKER 1989), sintetizou o resultado de uma série de cursos e conferências desenvolvidas no tempo relativas a organizações sem fins lucrativos nos EUA. Ao dizer de Drucker, o negócio social deve ser gerenciado para alcançar os resultados esperados, não é viável uma organização do terceiro setor existir simplesmente no papel e sem uma organização. Esta gestão não é a mesma das empresas de mercado, mas é preciso que seja profissional. Ou seja, quem faz funcionar a organização deve pensar nela como uma empresa cujo foco é diferente, mas fundamentalmente cujas funções principais são gerenciadas profissionalmente.

Constituem questões relevantes para Drucker: Qual é a missão da organização? Qual é o cliente da organização? O que valoriza o cliente? Quais são os resultados? Qual é o Nosso Plano?

Os passos necessários para que o empreendedor social possa organizar melhor sua criação são cinco: definir a missão, definir o desempenho pretendido, gerenciar para o desempenho, gestão de pessoas e relacionamentos, realizar autodesenvolvimento. Deve-se pensar que os cinco passos em uma organização do terceiro setor na América Latina devem considerar que há problemas de informalidade e pode ter uma vertente ideológica na missão como na economia social e solidária.

Outra vertente da literatura sobre terceiro setor é B. Drayton, famoso fundador da Ashoka, que, com Kauffman, Skoll, Schwab e Lemann formam um grupo seleto de fundações filantrópicas e, ao mesmo tempo, de apoio a empreendedores sociais. Ao contrário de Drucker, que era consultor das organizações, eles se engajaram no terceiro setor formando entidades filantrópicas.

A rede de associações filantrópicas internacionais financia grande parte dos empreendedores sócios no mundo. Drayton era consultor da McKynsey quando em 1980 fundou Ashoka. Ele colocou seus esforços sociais na criação de uma rede que funciona como consultora e incubadora de empresas sociais. A inovação da abordagem Ashoka é a causa do sucesso em todo o mundo onde operam mais de 3.000 empreendedores sociais e de impacto. A receita da Ashoka é investir em empreendedores sociais, pessoas com ideias novas que podem gerar grandes mudanças na sociedade. A inovação se avalia com um sistema interno da Ashoka e privilegia as empresas de impacto social.

C. Leadbreater foi consultor do governo Inglês em relação a negócios sociais. No livro *The Rise of the Social Entrepreneur*, em 1997, mostrou vários casos de organizações baseadas em empreendedorismo social evidenciando a sua forma de funcionamento, o seu ciclo de vida e o processo de criação. Ele considera o empreendedor social alguém que:

- agarra recursos subaproveitados e descartados e torna-os utilizáveis, de forma a atender necessidades sociais insatisfeitas;
- cria com inovação novos serviços, produtos para lidar com problemas sociais;
- transforma comunidades, abrindo-lhes possibilidades para autodesenvolvimento;
- lidera os seus colaboradores com paixão;
- comunica a sua missão e os seus valores;
- é oportunista e visionário, mas não sentimentalista;
- é capaz de construir alianças;
- não vê o seu público-alvo como indivíduos passivos, mas como seres ativos e exigentes, com um papel muito importante na concretização da missão e na propagação dos valores sociais.

A proposta de Leadbreater é que o governo deve criar condições para que o empreendedor social possa desenvolver sua missão e seu papel para a sociedade e que isso, por sua vez, ajude o governo, reduzindo os gastos.

C. K. Prahalad conceituou e explicou a importância da chamada base da pirâmide. A base da pirâmide é esta faixa de pessoas que vivem com cerca de cinco dólares por dia e que são estimadas em quatro bilhões. Segundo ele, as empresas, agindo no mercado capitalista, podem melhorar a vida dessas pessoas criando produtos e serviços orientados por essa população. Nele se inspiram hoje os trabalhos de empreendedorismo de impacto social no mundo. Para o autor, as empresas não

aprenderam a lidar com a população de baixa renda. O pensamento completo de Prahalad inclui uma competição orientada ao futuro e a uma criação de valor atendendo as necessidades do cliente, criando redes de competição. Esta nova maneira de fazer negócio na economia mudada de hoje é o que completa a ideia de empreendedorismo social nessa vertente de negócio. Então, para Prahalad, bem como para os outros autores, o empreendedor social não é um visionário que tem uma missão de serviços para a sociedade, mas um agente econômico o qual segue seu instinto de procurar oportunidades de negócio para ter lucro, entretanto, fazendo isso, consegue reduzir a pobreza.

No panorama recente sobre empreendedorismo social, D. Bornstein é um jornalista e ativista que escreveu o livro *Social Entrepreneurship what everybody needs to know*, em 2010, com Susan Davis, e *How to change the world*, em 2004, relatando casos de sucesso de empreendedores sociais e, dentre todos, B. Drayton da Ashoka. Nos dois livros, o autor relata experiências de sucesso, associações filantrópicas e como são estruturadas, como se financiam, e quais programas ativaram. O objetivo do autor é mostrar o que está sendo feito com o intuito de confirmar que é possível ativar e trabalhar empreendimentos sociais.

A discussão sobre impactos sociais leva a entender que há muitas maneiras de entender impactos sociais das organizações do terceiro setor. Por exemplo, Porter e Kramer (2011) criam um valor compartilhado na sociedade pois acreditam que os impactos derivam da responsabilidade social das empresas. A premissa deles deriva do livro *Capitalismo na encruzilhada* de S. Hart (HART, 2000) o qual explica que grande parte do problema está nas empresas em si, as quais continuam presas a uma abordagem à geração de valor surgida nas últimas décadas e já ultrapassada.

O falso objetivo das empresas é a geração de valor de curto prazo ignorando as necessidades mais importantes do cliente e influências maiores que determinam seu sucesso a longo prazo (PORTER e KRAMER, 2011). Os novos empreendedores devem organizar suas empresas no princípio do valor compartilhado. Isso é a geração de valor econômico de forma a criar também valor para a sociedade. Valor compartilhado não é somente responsabilidade social, filantropia ou mesmo sustentabilidade, mas uma nova forma de obter sucesso econômico.

Sintetizando, uma empresa pode criar valor econômico e valor social em três maneiras: inovação de produtos e mercados, redefinir a produtividade na cadeia de valor, montando clusters setoriais de apoio nas localidades. O conceito de valor

compartilhado ao conectar a empresa com o progresso da sociedade atende a novas necessidades da nova economia e, ao mesmo tempo, garante a sustentabilidade do negócio.

A maioria dos cursos de administração ainda ensina a visão estreita do capitalismo, e a geração de valor compartilhado implica uma nova abordagem transversal na gestão. Porter, em relação a essa nova concepção de capitalismo e estratégia, engajou-se e foi para a ação, criando iniciativas para comunidades urbanas vulneráveis. A partir de seu artigo da Harvard Business, *Review The Competitive Advantage of the Inner City*, ele fundou, em 1994, *The Initiative for a Competitive Inner City* (ICIC) urbanas e rurais. Além disso, Porter lidera um trabalho sobre um indicador: Índice de Progresso Social (SPI), que pretende melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ao incluir indicadores de impacto social. O SPI evita incluir indicadores puramente econômicos, como o PIB, e tem mostrado uma alta correlação com o índice de pobreza, mas uma menor correlação com a desigualdade. M. Porter mostra como a atividade acadêmica, a pesquisa e o empreendedorismo social não são incompatíveis, porém, pelo contrário, uma dimensão muito comum.

METODOLOGIA

O trabalho usa a pesquisa bibliográfica exploratória para definir o contexto dos modelos internacionais Canvas que tratam do Canvas Social. Sucessivamente os modelos são avaliados qualitativamente e comparados qualitativamente. Um terceiro passo aplica o modelo em uma organização social. Em seguida, há uma análise crítica para uso no Brasil e, em particular, para as organizações sociais brasileiras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Canvas social encontrado na pesquisa atualmente não tem uma referência bibliográfica extensa, mas é ligado a blogs e network de organizações sociais que o usam. As informações coletadas na presente pesquisa derivam das redes sociais e internet e dos sítios dos autores principais, como Osterwalder e Blank, e empresas de consultoria para governos locais.

Ao longo da pesquisa, foram relatados quatro modelos que estão presentes no quadro abaixo. Um sistema de modelos europeu é muito articulado para ser sintetizado e precisa de uma explicação do contexto teórico dos vários países europeus. Se optou por não analisar, no atual trabalho, esses modelos, pois extrapolam a lógica do modelo Canvas clássico mais usado no Brasil.

Quadro 1 – Modelos de referência de Canvas social

CANVAS SOCIAL - MODELOS DE REFERÊNCIA				
Classificação	AUTOR	NOME		CARACTERISTICAS
IMPACTO SOCIAL	STANFORD UNIVERSITY	SOCIAL BUSINESS MODEL CANVAS	roadmap: social enterprise model	9 Caixas: Customer segment Macro Economic Environment Competitors Value Proposition Partners Sales+marketing Activities+resources Cost Structure Revenue Streams
IMPACTO SOCIAL	VARIOS AUTORES SEBRAE	IMPACTO SOCIAL CANVAS	roadmap: impactos comerciais impactos sociais	9 Caixas (BMC classico) Key Partners Key Activities Key resources Value proposition Customer relationship Channels Customer segment Cost Structure Revenue Streams
TERCEIRO SETOR	Osterwalder Blank	MISSION MODEL CANVAS LEAN SOCIAL CANVAS	roadmap: Mission Social impact	11 caixas: Mission Social impact Problem-Key partners Problem solution-Key activities Key resources-Key metrics Value proposition Unfair advantage Channels Beneficiaries Cost Structure Achievements - Social impact
ECONOMIA SOCIAL	ESCOLA EUROPEIA ECONOMIA SOCIAL vários autores e agencias publicas Escola Francesa (economia solidária e social) Escola Brasileira (economia solidária)	ECONOMIA SOCIAL	roadmap: tipo de organização missão e serviços	não há modelo

Fonte: elaboração do autor após pesquisa bibliográfica.

Podemos agrupar o que foi encontrado para análise em três modelos:

- Escola Americana Empreendedorismo social – Universidade de Stanford;
- Empreendedorismo de impacto social (que existe no Brasil no Sebrae);
- Osterwalder e Blank Modelo Mission Driven.

MODELO 1 ou de empresa social de Stanford

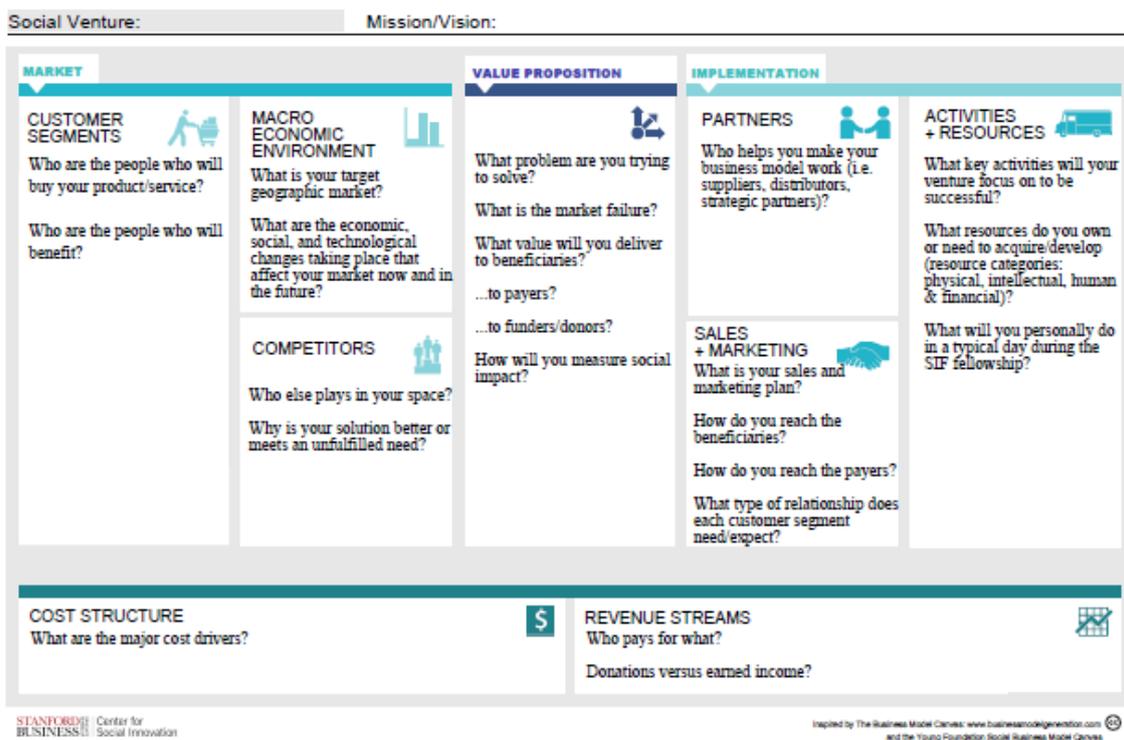
A Universidade de Stanford desenvolveu um modelo Canvas social que tem uma estrutura diferente do modelo mais conhecido de Osterwalder. Em particular se deve definir uma lógica que parte dos clientes para implementação. Por isso, apesar da nomenclatura, o modelo se mostra diferente na sua imagem.

Custos e receitas são inseridos da mesma maneira que no modelo Canvas clássico. Os clientes são também beneficiários. O quadro da proposta de valor é igual, enquanto mudam os quadros de relacionamento e canais. Eles são os quadros que mostram o macro sistema ou o cenário e os competidores. Outros quadros que mudam são os de recursos-chave e atividades-chave que se tornam parceiros e o plano de marketing.

O modelo, assim, apresenta-se bem diferente do modelo Canvas original, mas não tem um foco em terceiro setor, sendo possível utilizar indiferentemente tanto para uma empresa como para uma organização do terceiro setor. Em particular, não fica claro por que uma organização social deve se interessar mais por cenários do que por problemas sociais e por suas soluções. Também a nomenclatura não é feliz, sendo os parceiros na verdade stakeholders e os clientes beneficiários. O foco no plano de marketing pode ser considerado importante, pois nas organizações do terceiro setor, comunicação, marketing e gestão de recursos (humanos e financeiros) são efetivamente atividades-chave ou atividades-fim e devem ser prioritárias na gestão.

Figura 4 - Modelo Canvas social de Stanford

THE SOCIAL BUSINESS MODEL CANVAS



Fonte: www.sehub.stanford.edu

MODELO 2 ou Canvas de impacto social

Uma primeira dimensão do Canvas social é ligada ao que se quer avaliar ou medir. No Brasil, há um marco legal que limita o terceiro setor a associações, fundações, organizações religiosas e cooperativas sociais. Há também a necessidade de certificação (Oscips e Cebras) para alcançar os requisitos de colaboração com a administração pública a qual pode também assinar acordos de criação de Organizações Sociais no momento em que deve destinar bens públicos (por exemplo, hospitais) à gestão mista – pública e privada.

Nesse contexto, no Brasil, as empresas são chamadas de sócias, porque visam um impacto social, os projetos de responsabilidade social e o empreendedorismo social. Se não tiverem esse tipo de personalidade jurídica e a regra de serem sem fins lucrativos, mesmo tendo impactos sociais, não são consideradas de terceiro setor.

Há, enfim, um terceiro grupo de associações e de organizações chamadas de empreendimentos sociais que operam na lógica da economia solidária (na vertente brasileira) e economia social (na vertente europeia), cuja missão é, sobretudo, a

emancipação social, elevar a renda da população de baixa renda e proteger populações vulneráveis como mulheres, crianças e em geral menores infratores. Essas organizações desenvolvem sistemas de trocas, na maioria dos casos, não financeiras e que aumentam o capital humano, elevando a educação, a cidadania, e apoiando autogestão e cooperativismo, e a cultura popular.

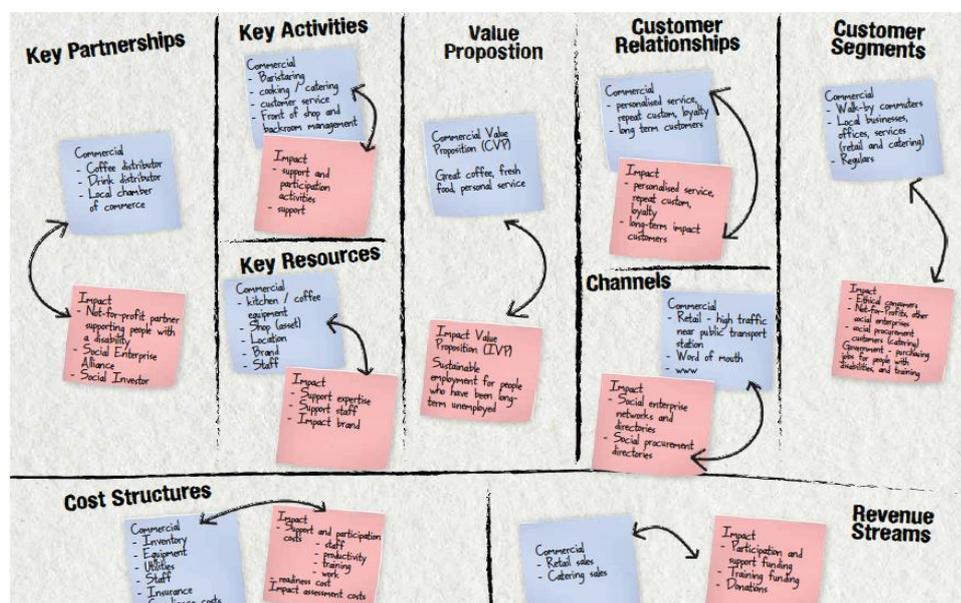
Com base nesse contexto e nas considerações, propõe-se uma divisão em três vertentes Canvas do Canvas social: um Canvas social de empresas e empreendedorismo social; um Canvas do terceiro setor; e um Canvas para empreendimentos sociais e para economia solidária. Isso reflete, também, pelo menos nos dois primeiros tipos, quanto se encontra internacionalmente hoje em dia na pesquisa entre modelos Canvas sociais.

Os três tipos são a saber:

- Canvas social para Empresa social;
- Canvas social ou lean, Mission Model Canvas para o Terceiro Setor;
- Canvas empreendimentos sociais para Economia Solidária.

O primeiro modelo pode ser construído com base no Business Model Canvas, dividindo efeitos comerciais e impactos sociais. Por exemplo, podem-se dividir os impactos com diferentes cores. O problema das empresas de impacto social é que são empresas as quais visam lucros e também impactos sociais. Podem também ser empresas que estão transformando seus objetos sociais para atender a conceitos de responsabilidade socioambiental. Por isso, não são exatamente organizações do terceiro setor.

Figura 5 – Modelo Canvas de impacto social



Fonte: Ingrid Burkett ingrid@knode.com.au

As diferenças que se encontram avaliando os impactos sociais são:

- Parceiros sociais: não são parceiros comerciais;
- Atividades-chave: missão social;
- Recursos: destacam-se voluntários;
- Valor: impacto para sociedade;
- Relações com clientes: serviço social;
- Canais: redes sociais, empresas sociais;
- Segmentos de clientes: gênero, vulnerabilidade;
- Custos: aumento de custos, suporte ao pessoal ativo e voluntários (capacitação);
- Receitas: doações e responsabilidade social.

MODELO 3 ou MISSION DRIVEN e Lean CANVAS

O Modelo 3 inclui o Mission Driven de A. Osterwalder e S. Blank, autor de *Four Step to Epiphany* (BLANK 2006), que revolucionou os modelos de criação de valor das startups e a proposta de Ash Maurya (lean Canvas). Nesse modelo (composto) se conservam as nove caixas-padrão se adicionam duas e se muda alguma nomenclatura. Os dois elementos adicionais são necessários para colocar claramente a missão e os impactos sociais pretendidos. Nesse caso, a sugestão que pode

complementar este modelo é a de fazer um Canvas complementar, se houver ações comerciais para sustentar a organização como brechó, venda de camisetas, lembranças ou outros objetos superfaturados, justamente para arrecadar um preço que embute uma doação.

As diferenças entre o modelo Canvas para empresas sociais são:

Novos quadros:

MISSÃO (o que será entregue à sociedade);

IMPACTOS pretendidos (o impacto social - meta).

O problema principal da missão é entender e responder as seguintes perguntas: Por que a instituição existe? Qual o problema que quer resolver? O que a organização faz? Para quem faz?

Em relação aos impactos, nessa caixa se colocam os impactos pretendidos que devem ser avaliados para relacionar os esforços aos resultados. Sem essa relação, é difícil sustentar que a organização está sendo ativa. Em outras palavras, o perigo de não conseguir avaliar impactos é que a missão se torne mais importante do que os serviços (DRUCKER, 1989)

Muda a nomenclatura de alguns termos: Parceiros se torna Problemas; Atividades-chave se torna Solução do Problema; Recursos se torna Medidas de impacto; Valor se torna Impacto Principal (o fim da associação); Relações com Clientes se torna Valor Solidário ou Justo; Segmentos de Clientes se torna Usuários e Beneficiários. Elementos que ficam com nomes iguais: Canais, Custos, Receitas.

A seguir, o modelo traduzido. Nesse modelo, a parte à esquerda, que para o BMC era ligada aos custos e à produção, vira uma parte ligada a problemas e a serviços produzidos para resolver o problema. Esses são ligados aos custos, porque qualquer serviço social deve ser avaliado pelo seu custo.

Figura 6 – Modelo Canvas Mission Model

CANVAS SOCIAL				
MISSÃO qual serviço social		IMPACTO SOCIAL qual impacto social da organização		
PROBLEMA qual problema vai ser resolvido	SOLUÇÃO DO PROBLEMA qual o serviço social entregue	PROPOSTA DE VALOR qual o impacto principal para a sociedade	DIFERENCIAL qual o diferencial da proposta	USUÁRIOS BENEFICIÁRIOS beneficiarios diretos e indiretos
	COMO MEDIR OS RESULTADOS indicadores		CANAIS como chegar ao beneficiario	
CUSTOS estrutura dos custos voluntários (capacitação)			RECEITAS doações voluntariado outros	

Fonte: Osterwalder e Blank. Tradução e elaboração do autor.

Este modelo foi escolhido por ser uma proposta diferente e mais completa (aumentam 2 elementos de análise). Também porque foi realizado para Blank e Osterwalder, que são, sem discussão, os mentores desse modelo, e de uma turma de autores o quais revolucionaram as análises de negócio tradicionais dos anos 90 do século passado.

O modelo Canvas da uma ONG

Para validar o modelo, foi predisposto o Canvas social com o modelo Osterwalder *Mission model Canvas* para uma organização do setor civil. O serviço ofertado da ONG nasceu para responder ao problema “o que fazer diante da dura realidade em que viviam aquelas crianças e adolescentes?” A ONG é uma Organização Não Governamental, sem fins lucrativos, constituída em forma de associação civil beneficente destinada a servir desinteressadamente a coletividade, sem distinção de qualquer natureza, tendo por objetivos a promoção de obras assistenciais em prol da melhoria da qualidade de vida de famílias carentes.

A instituição atua no combate às desigualdades sociais oferecendo assistência a crianças, adolescentes e famílias em quatro unidades de atendimento à

comunidade, A ONG promove os direitos humanos e contribui para o desenvolvimento integral de milhares de famílias, crianças e jovens encaminhados pelo Centro de Referência e Assistência Social (CRAS).

O modelo Canvas social foi desenvolvido com visitas na ONG e usando o relatório 2016 e 2017 redigido conforme lei e auditado para auditores independentes.

Figura 7 – Modelo Canvas de uma ONG

CANVAS SOCIAL				
MISSÃO		IMPACTO SOCIAL		
Atendimento à criança Apoio e orientação familiar Formação, orientação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho		acerca 2000 entre crianças e adolescentes redução índice de reprovação escolar aumento índice de introdução ao mercado de trabalho aprendiz incubação de empresas das comunidade (10 por ano)		
PROBLEMAS	SOLUÇÃO	PROPOSTA DE VALOR	DIFERENCIAL	USUÁRIOS
aumento da vulnerabilidade social no DF falta de apoio do estado em comunidades vulneráveis parceiros: Governo do DF Instituições/empresas privadas Comunidade local	DO PROBLEMA Seviço de contraturno escolar cursos gratuitos escolar e para o trabalho cursos profissionais assistencia social COMO MEDIR OS RESULTADOS numero assistidos edução de reprovação escolar índice de aprendizes aprovados numero de empresas incubadas	redução violencia na comunidade redução gasto em saude para o DF aumento educação básica e profissional assistencia social local orientação cidadã	ciclo completo de assistencia centro de educação CANAIS como chegar ao beneficiario	BENEFICIÁRIOS crianças adolescentes comunidade local
CUSTOS			RECEITAS e DOÇÕES	
Despesas Administrativas Despesas Operacionais			Repasse do governo do DF e gratuidades Voluntariado Cursos e professores SENAI-SENAC Doações físicas e dinheiro	

Fonte: elaboração do autor

O resultado mostra claramente a relação entre missão, problema e soluções. Esta primeira parte que se articula com os custos tem como contrapartida a parte direita do Canvas que mostra os impactos sociais, proposta de valor, beneficiários e receitas. Os custos e receitas foram avaliados em %, avaliando a situação entre 2016 e 2017.

A organização trabalha para obter os resultados por coordenação de projetos. Os projetos, por sua vez, são transversais e articulam ações de assistência, apoio e incubação social. Pode-se dizer que o modelo da ONG tem abrangência completa de soluções para o problema central da vulnerabilidade com foco em educação e cidadania.

O Canvas se mostra consistente na avaliação da proposta da ONG e também mais claro que um Canvas em nove quadros. Como explicado na análise há onze quadros, pois é fundamental colocar missão e impactos sociais.

Discussão

O resultado da análise sugere usar o modelo Canvas clássico de Osterwalder também medindo impactos sociais. Entretanto, mesmo usando cores e técnicas diferentes, há como resultado uma ‘poluição’ do quadro. Em outras palavras, o quadro fica cheio de elementos e, ao nosso ver, reduz o impacto visual orientado à clareza e à síntese.

Modelos como o de Stanford, que visam fornecer toda informação em um quadro, tem este viés que é fundamental para a clareza e a compreensão do Canvas. Além de serem difíceis no caso de atividades filantrópicas, ou seja, de arrecadação e devolução de dinheiro para instituição, fica pouco claro como esta ação gera impactos sociais. A ação serve para financiar e não tem impactos diretos. Organizações do terceiro setor que não financiam seus projetos com ações de venda tem uma clareza melhor nesse quadro. Porém, o problema principal é que as organizações do terceiro setor, sobretudo no Brasil perante a legislação, devem trabalhar por projeto.

Nesse caso, um modelo Canvas desenvolvido para projetos é o modelo do pesquisador Finocchio da FGV. Este modelo conhecido como Project Canvas pode ajudar a como complementar na modelagem, mas não é orientado ao social, pois privilegia organizações de gestão de projetos ou de produção de software.

O sistema de Canvas que privilegia a missão, o *Mission Model Canvas*, de Osterwalder e Blank, é, a nosso ver, o mais indicado para organizações sociais. Porém, devido ao fato de que há uma organização para captar recursos e que pode entrar no mercado para venda ou ações de arrecadação como loterias, eventos, telemarketing etc., pode ser necessário que cada projeto de arrecadação possa ser desenvolvido como um projeto de mercado. Nesse caso, há também a possibilidade de entender o tipo de recursos, custos e benefícios do projeto ou da ação. Assim, teremos um Canvas social que mostra a organização com sua missão, e Canvas diferentes por cada projeto de arrecadação e parceria.

CONCLUSÃO

Um modelo Canvas Social deve responder ao objetivo de explicar os impactos sociais das organizações do terceiro setor, empresas sociais e empreendimentos de economia solidária. Na apresentação deste trabalho, temos os modelos originais internacionais que estão sendo usados com uma tradução em português e uma transposição de conceitos para que seja claro quando usar cada modelo apresentado. Também temos sugestões para uso dos modelos modificados para atender exigências brasileiras adicionando um modelo social na análise da economia solidária.

Os elementos usados na modelagem do Canvas Social tentam ficar no padrão definido no *Business Model Canvas* de nove quadros e mudam de nomenclatura e de substância, mas não modificam a lógica de informar sobre quem, como, porque que são a base do BMC original. A dúvida é se o padrão de elementos e o esquema ainda são funcionais aos objetivos de mostrar como funciona uma organização social. Esta dúvida precisa de mais pesquisa acadêmica e de prática.

Ressalta-se que o modelo Canvas deve seu sucesso, sobretudo, à prática de milhões de “adeptos” e com a prática que consolidou seu sucesso. Assim, o modelo Canvas social que nasceu recentemente, com certeza, será padronizado por meio da prática e também haverá alguém que criará novas versões no futuro, justificando essas novas modelagens.

O trabalho atual não tem pretensão de criar algo novo, mas só, inicialmente, sistematizar o modelo Canvas Social para o público brasileiro, para que possa ser usado e aproveitado na prática pelo motivo pelo qual foi criado: ajudar as organizações a se encontrarem para melhorarem suas operações e seus objetivos estratégicos.

REFERÊNCIAS

- ALEX NICHOLLS **Social Entrepreneurship New Models of Sustainable Social Change** Edited by Oxford Press . 2006
- BLANK S. **The Four Steps to the Epiphany**. Ed. Lulu.com 2006 3ª ed.
- BORNSTEIN, David. **How to Change the World: Social Entrepreneurs and the Power of New Ideas**. Oxford University Press 2004.
- BRASIL Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.
- _____ Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014
- DEFOURNY J., NYSSSENS M., **Social enterprise in Europe: recent trends and developments**, in "Social Enterprise Journal", Vol. 4, 3. 2008.
- DRAYTON B. **The social entrepreneur**. 1972.
- DRUCKER, P. **Innovation and entrepreneurship Practice and Principles** Harper&Row. New York 1985.
- _____. **Managing non profit organization**. Harper e Collins. 1990.
- _____. **What Business Can Learn from Nonprofits**. Harvard Business Review, Jul/Aug89, Vol. 67(4): 88-93. 1989.
- _____. **Innovation and Entrepreneurship: Practice and Principles** 1985
- HART S.L **Capitalism at the Crossroads** Wharton School Publishing, 2005.
- LEADBEATER, C. **The rise of the social entrepreneur**. London: Demos, 1997.
- M. YUNUS **The banker to the poor** United States: PublicAffairs 1999.
- OSBORNE, S. P.. **The Third Sector in Europe: Prospects and Challenges**, London: Routledge.2008.
- OSTERWALDER A. **The Business Model Ontology - A Proposition In a Design Science Approach** PhD thesis University of Lausanne 2004.
http://www.hec.unil.ch/aosterwa/PhD/Osterwalder_PhD_BM_Ontology.pdf.
- PORTER, M.E. & Kramer, M.R. **Strategy and Society: The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility**, Harvard Business Review, December, pp. 78–92. 2006.
- PRAHALAD, C.K "The Fortune at the Bottom of the Pyramid" (Wharton School Publishing, 2004.

SINGER P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SALAMON, L.M., AND ANHEIER, H.K. (eds.). ***Defining the Nonprofit Sector: A Cross-National Analysis***. Manchester: Manchester University Press 1997.

SEBRAE. **Referenciais para uma nova práxis educacional**. Brasília: Sebrae, 2001.

03. DA NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS EFETIVAS PARA OS PACIENTES COM ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA - ELA¹

Arthur H. P. Regis²
Jonas Rodrigo Gonçalves³
Marcus Vinicius Barbosa Siqueira⁴

RESUMO

A Constituição Federal fundamenta-se no princípio da dignidade da pessoa humana, contemplando o direito à saúde e ao bem-estar social. Entretanto, os pacientes acometidos pela Esclerose Lateral Amiotrófica - ELA, doença rara, neurodegenerativa e progressiva, encontram óbices ao acesso universal e necessário. Revisar e propagar a realidade enfrentada pelos pacientes com ELA, como os desafios físicos e psicológicos, assim como os entraves judiciais e extrajudiciais para a resolução das suas demandas, visando desdobramentos no incremento da qualidade de vida dos pacientes, configuram-se objetivos do presente trabalho, empregando-se como metodologia a pesquisa bibliográfica. Verificou-se a reconhecida elevada vulnerabilidade dos pacientes com ELA e a obrigação estatal de prover políticas públicas que os assistam. Vislumbra-se a possibilidade, com a adoção de políticas públicas específicas e efetivas na área (fomentando pesquisas básicas e aplicadas; difundindo uma educação generalizada; incorporando novas tecnologias, procedimentos e medicamentos no sistema de saúde público, entre outras) como importante ferramenta no incremento da qualidade de vida (aqui incluída a própria autoestima dos pacientes e dos seus familiares que, na maioria das vezes, são também os seus cuidadores) de todos os atores envolvidos com os cuidados em saúde, alinhando-se aos princípios constitucionais norteadores, especialmente a dignidade da pessoa humana.

PALAVRAS-CHAVE

POLÍTICAS PÚBLICAS. DOENÇAS RARAS. ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA - ELA.

¹ Artigo oriundo de pesquisa no grupo de Iniciação Científica da Faculdade Processus em “Direito e Políticas Públicas” combinado o grupo de Iniciação Científica da Faculdade Processus em “Direito à Saúde e Direitos Humanos dos Pacientes”, sob a orientação, respectivamente, do professor Jonas Rodrigo Gonçalves e do professor Arthur H. P. Regis.

² Professor da Faculdade Processus, advogado, mestre e doutor em Bioética pela UnB (prof.arthur.regis@gmail.com).

³ Mestre em Ciência Política (Políticas Públicas, Direitos Humanos e Cidadania). Especialista em: Letras: Revisão de Texto; Formação em Educação a Distância; Docência no Ensino Superior; Didática no Ensino Superior em EAD. Licenciado em Filosofia e em Letras (Português e Inglês). Escritor, autor de 36 livros didáticos e acadêmicos. Coordenador dos grupos de pesquisa: Direito e Políticas Públicas; Políticas Públicas de Saúde e SUS; Português Jurídico; Língua Portuguesa e Carreiras Públicas.

⁴ Graduando em *Direito* pela Faculdade Processus (Brasília/DF). Autor do artigo “Políticas Públicas para Pacientes com Esclerose Lateral Amiotrófica” e “Prova Discursiva para Agente de Polícia Federal”. Participante do grupo de pesquisa *Direito e Políticas Públicas* da Faculdade Processus e *Políticas Públicas Rurais, Agronegócio e Gestão Ambiental* da Faculdade CNA, sob coordenação do professor MSc. Jonas Rodrigo Gonçalves. Palestrante no Seminário de Pesquisa da Faculdade Processus em 2018.

OF THE NEED FOR EFFECTIVE BRAZILIAN PUBLIC POLICIES FOR PATIENTS WITH AMIOTROPHIC LATERAL SCLEROSIS - ALS

ABSTRACT

The Federal Constitution is based on the principle of the dignity of the human person, contemplating the right to health and social welfare. However, the patients affected by Amyotrophic Lateral Sclerosis - ALS, rare, neurodegenerative and progressive disease, find obstacles to universal and necessary access. To review and propagate the reality faced by patients with ALS, such as physical and psychological challenges, as well as judicial and extrajudicial obstacles to the resolution of their demands, aiming at unfolding the patients' quality of life, are the objectives of this study, using as a methodology the bibliographic research. The recognized high vulnerability of patients with ALS and the State's obligation to provide public policies to assist them have been verified. The possibility of adopting specific and effective public policies in the area (fostering basic and applied research, spreading a general education, incorporating new technologies, procedures and medicines into the public health system, among others) is envisaged as an important tool in increasing quality of life (including the self-esteem of patients and their families, who, in most cases, are also their caregivers) of all actors involved in health care, in line with dignity of human person.

KEYWORDS

PUBLIC POLICY. RARE DISEASES. AMIOTROPHIC LATERAL SCLEROSIS.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, alicerçada no princípio da dignidade da pessoa humana, contempla o direito à saúde e ao bem-estar social:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana;

[...]

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

[...]

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Entende-se, inclusive, que os Direitos dos Pacientes estejam inseridos no bojo dos Direitos Humanos (ALBUQUERQUE, 2016; ONU, 1948). Por sua vez, a Carta Magna outorga uma proteção extra aos grupos vulneráveis com intuito de protegê-los mais efetivamente e de buscar uma igualdade real entre todos os cidadãos brasileiros. É uma proteção que, pela própria lógica jurídica, permeia as demais normas infraconstitucionais.

Entretanto, os pacientes acometidos pela Esclerose Lateral Amiotrófica – ELA, doença rara, neurodegenerativa e progressiva, com predominância de 2:1 em gênero masculino e com incidência estimada em 1 para 105 habitantes (PONTES et al., 2010; BERTAZZI et al., 2017), encontram óbices ao acesso universal e necessário, conforme disposto na Lei nº 8.080/1990 (BRASIL, 1990), que instituiu o Sistema Único de Saúde - SUS. Nesse contexto, políticas públicas elaboradas para este grupo vulnerável se fazem necessárias, especialmente em face do dever estatal de garantir o direito à saúde (AITH et al., 2014).

Revisar e propagar a realidade enfrentada pelos pacientes com ELA, como os desafios físicos e psicológicos, assim como os entraves judiciais e extrajudiciais para a resolução das suas demandas, visando desdobramentos no incremento da qualidade de vida dos pacientes, configuram-se objetivos do presente trabalho, empregando-se como metodologia a pesquisa bibliográfica.

DOS PACIENTES COM ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA - ELA

A doença de Charcot na França, ou doença de Lou Gehring nos EUA, ficou conhecida no Brasil pelo termo Esclerose Lateral Amiotrófica - ELA. A sua primeira descrição foi feita por Jean Martin Charcot, francês e neurologista, que, em 1865, efetuou estudos clínicos anatômicos e patológicos com material de necropsia de dois pacientes. Sua descrição era parecida, inicialmente, com analogia a atrofia espinhal progressiva do adulto, que já havia sido relatada por outros dois cientistas, Aran e Duchene, em 1848. A diferença entre essas duas estava na evolução mais rápida do quadro clínico que a ELA apresentava (DE MELLO, 2012).

Com isso, tem-se uma doença que apresenta o quadro clínico de cunho neural que afeta a capacidade motora do indivíduo, degenerando-o e causando-o fraqueza muscular nos membros e na respiração. A dificuldade bulbar, na respiração, na mastigação, ao engolir ou na fala também podem ser sintomas do aparecimento da doença. Trata-se de uma doença rara e grave que não possui cura, acreditando-se que a etiologia seja multifatorial, incluindo componentes genéticos e ambientais, sendo a sobrevida média dos pacientes entre 3 e 5 anos apenas (DE MELLO, 2012; BANDEIRA et al, 2010).

A ELA, embora não interfira nas capacidades cognitivas, possui uma rápida progressão, especialmente quando comparadas com outras doenças relacionadas à degeneração do sistema nervoso, como o Parkinson e o Alzheimer. A incapacidade da ELA é gerada pela perda de neurônios motores do córtex, do tronco cerebral e da medula espinhal fazendo com que seja uma doença de extrema gravidade, restando ao paciente tentar retardar a progressão da enfermidade e aumentar a qualidade de vida (DE MELLO, 2012; CASSEMIRO, 2004).

O declive do funcionamento dos músculos e a preservação da capacidade cognitiva da pessoa é percebida, inclusive, pelos profissionais da saúde que tratam de casos em que há a doença. Com isso, presume-se que aquele indivíduo que não possui capacidade muscular, de se movimentar e de viver a sua vida em plenitude tenha um inequívoco abalo na sua qualidade de vida e na sua saúde psicológica, e para isso, é necessária a união de esforços dos profissionais de saúde que cuidam do caso e dos familiares do paciente (MELLO, 2009).

A qualidade de vida pode ser percebida em três dimensões: a física, a psicológica e a social. A ELA afeta justamente esses três aspectos, sendo que um

está, direta ou indiretamente ligado ao outro, funcionando assim como uma relação de interligação. Elementos subjetivos e objetivos são levados em conta na análise do bem-estar individual, bem como aspectos personalíssimos de cada paciente, por isso, a análise deve ser individualizada, podendo apresentar diferentes resultados, até mesmo dentre as pessoas que têm a doença. A função social do paciente é, também, necessária para a construção da sua percepção de funcionalidade e a enfermidade afeta justamente esta área, em que o paciente fica incapacitado, em grande parte, de se locomover e, com isso, não consegue, ou se sente constrangido de, relacionar-se com as outras pessoas (MELLO, 2009).

Pacientes solitários tendem a ser muito mais propícios a não estarem dispostos a enfrentar a doença e seus desafios, mesmo com as medidas de suporte à vida disponíveis, chegando a cogitar o suicídio assistido, nos países em que a prática é permitida. Na ELA as funções cognitivas do paciente são preservadas e, com isso, expressões faciais são primordiais para que o paciente possa manter a comunicação com o mundo exterior. Portanto, a comunicação visual é uma importante peça para que o paciente se socialize e interaja com o seu meio (CASSEMIRO & ARCE, 2004).

Portanto, os avanços tecnológicos inserem-se como importante ferramenta de auxílio para a melhora da qualidade de vida, como, por exemplo, sistemas que utilizam a comunicação visual por computador, no paciente, para que haja uma integração maior, do paciente com a outra pessoa, visto que a comunicação é fundamental no ser humano já que a sua capacidade de fala fica prejudicada. Sistemas que utilizem movimentos das bochechas e dos olhos já são realidade e constituem em ferramentas úteis no processo de socialização do paciente, bem como no seu próprio atendimento hospitalar, no relato dos sintomas e das queixas sobre a doença. O sistema, que mais funciona, mais confortável e mais utilizado entre os pacientes, hoje, é o do movimento facial e ocular, com um aparelho que deve ser ligado a um computador, aumentando as interações do paciente e aumentando sua autoestima, fomentando sua qualidade de vida e a sua própria dignidade (CASSEMIRO & ARCE, 2004).

Por sua vez, a relação entre profissionais da saúde e os pacientes (bem como dos cuidadores) é de vital importância para a qualidade de vida do paciente, uma vez que doenças degenerativas, em regra, possuem forte influência e repercussão psicológica (tanto dos pacientes quanto de cuidadores). Acrescente-se que os próprios profissionais de saúde possuem dificuldades no diagnóstico da ELA, tendo-se a média de dois anos para se chegar a um diagnóstico conclusivo, sendo o atraso

no diagnóstico e o grande número de equívocos objeto de trabalhos científicos. Tal situação é gerada pela situação insuficiente de investimentos públicos e privados na área de pesquisa e divulgação sobre a doença (CAPRARA & FRANCO, 1999; XERES, 2008).

Na melhora da qualidade de vida, importante componente é o tratamento humanizado, sendo essencial a empatia dos profissionais da saúde com a condição do paciente, devendo saber como se comunicar e prestar as informações necessárias ao paciente e à sua família. A elaboração de estratégias para o ajudar ou facilitar na adaptação ao novo estilo de vida imposto pela doença também faz parte dos deveres dos profissionais da saúde, configurando-se como essenciais uma boa capacitação e um treinamento adequado (CAPRARA & FRANCO, 1999).

No contexto da ELA, o cuidador é um agente indispensável no auxílio ao paciente, podendo ser um próprio membro familiar ou uma pessoa externa, porém, a sua finalidade e o seu papel para com o paciente não se alteram, sendo necessárias as instruções e os treinamentos para que os cuidados sejam prestados da forma mais adequada possível (MELLO, 2009).

Todavia, em virtude da falta de informação e da adequada prestação de serviços na área de saúde, houve a fundação de associações de pacientes com ELA, assim como o ingresso de ações judiciais visando a prestação de serviços e/ou o fornecimento de medicamentos, resultando na judicialização da saúde – prática difundida entre todos pacientes que necessitam de internação e/ou medicamentos negados pela Administração Pública (ANEQUINI et al., 2006; DE MELLO, 2012; ROMERO, 2008; AITH et al., 2014).

Com isso, aqueles pacientes – tais quais os com ELA, que têm seu direito à saúde sonogado pelo Estado – ingressam no Poder Judiciário, na tentativa do seu restabelecimento, ou seja, pretendem, por meio de decisões judiciais, que sejam prestado serviços, procedimentos e medicamentos os quais anteriormente restaram não ofertados ou indeferidos (ROMERO, 2008; SILVA & SOUZA, 2015), inclusive o devido cumprimento das escassas políticas públicas existentes, considerando-se

política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

Portanto, o Poder Judiciário tem a premissa de garantir a assistência existente no texto constitucional e nas demais normas (inclusive as políticas públicas), uma vez que os direitos sociais possuem plena aplicabilidade, e que se uma lei institui um determinado direito, este fica incorporado ao sistema jurídico, não podendo mais ser suprimido, como sendo de obrigações estatais, quando o poder executivo se omite na execução de políticas já existentes, bem como o legislativo, na criação e adoção de novas leis que possam atender esta parcela social (BARROSO, 2001, p. 158). Garantir o acesso aos direitos sociais, que atendem aos cidadãos, como educação, saúde, transporte, são irredutíveis, estão entre as medidas que podem ser tomadas para a garantia de uma melhor qualidade de vida para o paciente e que não podem ser descumpridas, ignoradas, retiradas ou diminuídas por qualquer razão (PIOVESAN, 2000).

A Carta Magna é explícita ao dispor sobre o direito à saúde, em seu Artigo 196, ao interpretar a saúde como um direito de todos e um dever do Estado (BRASIL, 1988). Considerando a elevada carga tributária brasileira, espera-se, legitimamente, por políticas públicas transparentes e eficientes, especialmente para os pacientes com ELA, pois caracterizam-se, segundo os referenciais bioéticos, como um grupo com elevada vulnerabilidade e considera-se que há uma relação profunda entre a vulnerabilidade de um lado e a integridade e a dignidade humana no outro (KOTTOW, 2003; OVIEDO, 2015; UNESCO, 2013).

Em virtude da realidade concreta brasileira de enormes e inúmeras carências do sistema de saúde, tornam-se necessárias políticas públicas específicas e eficientes (AITH et al., 2014), posta a reconhecida elevada vulnerabilidade dos pacientes com ELA e a obrigação estatal de prover políticas públicas que os assistam (BOY & SCHRAMM, 2009) e a existência, inclusive, contradições em políticas públicas voltadas para doenças raras (LIMA & HOROVITZ, 2014).

Explicita-se que restou somado, ao arcabouço jurídico (BRASIL, 2015), a edição da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Artigo 1º) e definindo como pessoa com deficiência quem “tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade” (Artigo 2º), uma vez que “a trajetória histórica do tratamento

jurídico que recebem os portadores de necessidades especiais é perversa e demonstra a vitimização a que sempre foram submetidos” (SÉGUIN, 1999). Portanto, no plano jurídico, o Brasil possui um grande apressado à defesa dos direitos e, inclusive dos mais vulneráveis, porém, não há sua concretização e efetivação no mundo real.

Assim, é essencial o combate ao desvio de verbas e uma gestão de políticas públicas consciente e eficaz, pautada nos princípios constitucionais da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), nos termos do *caput* do Artigo 37 (BRASIL, 1988). Bem como é primordial haver políticas públicas voltadas à divulgação, à educação e à incorporação tecnológica no que concerne à ELA, uma vez que, por se tratar de uma patologia complexa, o cuidado destes pacientes não se restringe apenas aos técnicos de saúde, mas também a seus familiares os quais participam como cuidadores em potencial. Nesse contexto, a valorização da vida digna do paciente e a adoção de políticas públicas efetivas nesta área se fazem de fundamental importância para uma melhor qualidade de vida dos pacientes com ELA e reflete diretamente nas demais pessoas envolvidas (profissionais de saúde, cuidadores, familiares etc.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstrou-se a nova realidade, após a confirmação do diagnóstico, a qual os pacientes com ELA e aqueles que os circundam (profissionais de saúde, cuidadores, familiares etc.) enfrentarão, em que pese o sistema normativo brasileiro pautar-se na dignidade da pessoa humana e no dever estatal de prestação de serviços de saúde, uma vez que no Brasil a saúde configura-se como um direito.

Na busca pela concretização do acesso à saúde, visando uma melhor qualidade de vida e uma maior sobrevivência (pois trata-se de doença incurável), os pacientes com ELA têm sido apoiados por associações, assim como ingressado com demandas no Poder Judiciário (pretendem por meio de decisões judiciais que sejam prestado serviços, procedimentos e medicamentos que anteriormente restaram não ofertados ou indeferidos), uma vez que as políticas públicas são escassas e pouco efetivas.

Vislumbra-se a possibilidade, com a adoção de políticas públicas específicas e efetivas na área (fomentando pesquisas básicas e aplicadas; difundindo uma

educação generalizada; incorporando novas tecnologias, procedimentos e medicamentos no sistema de saúde público, entre outras) como importante ferramenta no incremento da qualidade de vida (aqui incluída a própria autoestima dos pacientes e dos seus familiares, que na maioria das vezes são também os seus cuidadores) de todos os atores envolvidos com os cuidados em saúde, alinhando-se aos princípios constitucionais norteadores, especialmente a dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

AITH, F. et al. Os princípios da universalidade e integralidade do SUS sob a perspectiva da política de doenças raras e da incorporação tecnológica. R. Dir. sanit., São Paulo v.15 n.1, p. 10-39, mar./jun. 2014.

ALBUQUERQUE, Aline. *Direitos Humanos dos Pacientes*. Curitiba: Juruá, 2016.

ANEQUINI, I. P. et al. Avaliação das atividades da ABRELA: orientações oferecidas, expectativas atingidas? *Revista Neurociências* V14 N2 (supl-versão eletrônica) – abr/jun, 2006.

BANDEIRA, F. M. et al. Avaliação da qualidade de vida de pacientes portadores de Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) em Brasília. *Revista Neurociências* 2010;18(2):133-138.

BARROSO, Luís Roberto. *O direito constitucional e a efetividade de suas normas*. 5 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BERTAZZI, R. N. et al. Esclerose Lateral Amiotrófica. *Revista de Patologia do Tocantins*, Vol. 4 No. 3, Setembro 2017.

BOY, R.; SCHRAMM, F. R. Bioética da proteção e tratamento de doenças genéticas raras no Brasil: o caso das doenças de depósito lisossomal. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 25(6):1276-1284, jun, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Acesso em 05 maio 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. *Lei 8.080/1990: Lei do SUS. Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Brasil, 1990. Acesso em 05 maio 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>.

BRASIL. *Lei no 13.146/2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Acesso em 05 maio 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>.

CAPRARA, Andréia. FRANCO, Anamélia Lins e Silva. A Relação paciente-médico: para uma humanização da prática médica. Rio de Janeiro: *Caderno de Saúde Pública*. V. 15, n. 3. Setembro de 1999.

CASSEMIRO, Cesar Rizzo. ARCE, Carlos G. Comunicação visual por computador na esclerose lateral amiotrófica. *Arq Bras Oftalmol*. São Paulo: SciELO. 2004;67:295-300.

DE MELLO, Aline Mello. A esclerose lateral amiotrófica: construindo possibilidades na gestão pública de saúde. Porto Alegre: *Lume UFRGS*. V. 1, n. 1, outubro de 2012. Acesso em 24 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/67669>>.

KOTTOW, M. H. Comentários sobre bioética, vulnerabilidade e proteção. In: GARRAFA, V.; PESSINI, L. (eds.). *Bioética: poder e injustiça*. São Paulo: Loyola, 2003.

LIMA, M. A. F. D.; HOROVITZ, D. D. G. Contradições das políticas públicas voltadas para doenças raras: o exemplo do Programa de Tratamento da Osteogênese Imperfeita no SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(2):475-480, 2014.

MELLO, Mariana Pimentel de. O paciente oculto: Qualidade de Vida entre cuidadores e pacientes com diagnóstico de Esclerose Lateral Amiotrófica. *Revista brasileira de Neurologia*. Rio de Janeiro. Volume 45, n°. 4, dezembro, 2009.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris; 1948. Acesso em 05 maio 2018. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>.

OVIEDO, R. A. M.; CZERESNIA, D. O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. *Interface Botucatu*, 2015. Acesso em 05 maio 2018. 19(53):237-49. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/2015nahead/1807-5762-icse-1807-576220140436.pdf>>.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 4 ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.

PONTES, R. T. et al. Alterações da fonação e deglutição na Esclerose Lateral Amiotrófica: Revisão de Literatura. *Rev Neurocienc* 2010;18(1):69-73.

ROMERO. Luiz Carlos. Judicialização das políticas de assistência farmacêutica: o caso do Distrito Federal. *Textos para Discussão*. Brasília: Senado Federal. 2012. Acesso em 24 jun. 2018. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/96829>>.

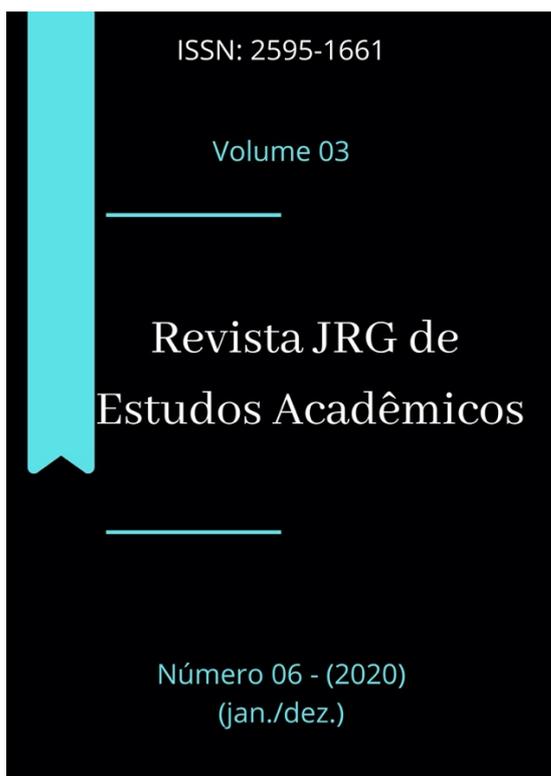
SILVA, E. N.; SOUSA, T. R. V. Economic evaluation in the context of rare diseases: is it possible? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 31(3):496-506, mar, 2015.

SÉGUIN, E. Justiça é diferente de Direito: a vitimização do portador de necessidades especiais. In: MARCIAL, D.; ROBERT, C.; SÉGUIN, E. (eds.). *O Direito do deficiente*. Rio de Janeiro: Lumen Juris; 1999. p. 15-29.

SOUZA, S. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

UNESCO. The principle of respect for human vulnerability and personal integrity Report of the International Bioethics Committee of UNESCO (IBC). Published in 2013 by the *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France.

XEREZ, D. R. Reabilitação na Esclerose Lateral Amiotrófica: revisão da literatura. *Acta Fisiatr*, 2008; 15(3): 182 – 188.



Tramitação Editorial:

Data de submissão

(recebimento): 10/08/2018.

Data de reformulação: 10/09/2018

Data de aceitação (expedição de

carta de aceite): 10/10/2018

Data de disponibilização no site

(publicação): 10/11/2018

Publicado: 2018-11-10

**A LÓGICA DO PODER, A HETERONORMATIVIDADE E O RACISMO: O
EPISTEMICÍDIO E A SUBALTERNIDADE COMO ESTRATÉGIAS DE
REPRESSÃO E DE VULNERABILIDADE¹**

Jonas Rodrigo Gonçalves²

RESUMO

A lógica do poder se estrutura para segregar o que não atende ao padrão hegemônico e influenciará diretamente as questões ligadas à sexualidade. A heteronormatividade se fundamentará nas relações padronizadas de soberania e eugenia. Surge, então, a lógica do racismo como justificada pelo papel de

¹ Artigo como Trabalho de Aproveitamento da disciplina "Racismo, Epistemicídio e Necropolítica: impactos sobre as Éticas da Vida, ministrada pelo professor doutor Wanderson Flor do Nascimento, no programa de doutorado em Bioética da Universidade de Brasília.

² Aluno especial do doutorado em Bioética da Universidade de Brasília. Mestre em Ciência Política (Direitos Humanos, Políticas Públicas e Cidadania). Especialista em: Letras (Revisão de Texto); Formação em EAD; Docência no Ensino Superior; Didática do Ensino Superior em EAD. Licenciado em Filosofia e em Letras (Português e Inglês). Coordenador dos grupos de pesquisa: Políticas Públicas de Saúde e SUS (Unip); Direito e Políticas Públicas (Processus); Português Jurídico (Processus); Bioética e Políticas de Saúde (Faciesa). Coautor dos livros: Direitos Humanos, Políticas Públicas e Cidadania (editora Processus); Direito e Políticas Públicas (editora JRG); Humanidade e Sociedade: aspectos antropológicos e sociais (editora Sena Aires); Políticas de Nutrição e Assistência Social (editora JRG); Ética Geral e Profissional: ensaios e reflexões (editora Processus). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>.

não ser atribuído a negros, pretos, pardos, índios e afins. A ideia de corpo e não de pessoa povoa o imaginário do pensamento moderno. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo discutir a lógica do poder, a heteronormatividade e o racismo, abordando o epistemicídio e a subalternidade como estratégias de repressão e de vulnerabilidade.

PALAVRAS-CHAVE

RACISMO. HETERONORMATIVIDADE. PODER. EPISTEMICÍDIO.
SUBALTERNIDADE.

THE LOGIC OF POWER, HETERACTIVITY AND RACISM: THE SPENCER AND SUBALTERNITY AS STRATEGIES FOR REPRESSION AND VULNERABILITY

ABSTRACT

The logic of power is structured to segregate what does not meet the hegemonic pattern and will directly influence issues related to sexuality. Heteronormativity will be based on the standardized relations of sovereignty and eugenics. The logic of racism arises as justified by the role of not being attributed to blacks, blacks, pardos, Indians and the like. The idea of body and not of person populates the imaginary of modern thought. In this sense, this article aims to discuss the logic of power, heterormativity and racism, addressing epistemic and subalternity as strategies of repression and vulnerability.

KEYWORDS

RACISM. SEXUAL STANDARDIZATION. POWER. RACIAL PREJUDICE.
SUBALTERNITY.

INTRODUÇÃO

O poder constitui forte alicerce das relações que tendem à repressão. A lógica do poder se estrutura para segregar o que não atende ao padrão hegemônico.

Essa lógica da repressão influenciará diretamente as questões ligadas à sexualidade. A heteronormatividade se fundamentará nas relações padronizadas de soberania e eugenia.

Surge, então, a lógica do racismo como justificada pelo papel de não ser atribuído a negros, pretos, pardos, índios e afins. A ideia de corpo e não de pessoa povoa o imaginário do pensamento moderno.

Nesse sentido, este artigo tem por objetivo discutir a lógica do poder, a heteronormatividade e o racismo, abordando o epistemicídio e a subalternidade como estratégias de repressão e de vulnerabilidade.

A metodologia desta pesquisa pauta-se em pesquisa bibliográfica, visto tratar-se de um artigo de revisão de literatura. Dentre outros autores, constituem a base dessa discussão: Michel Foucault, Aparecida Sueli Carneiro e Achille Mbembe.

Esta pesquisa se justifica no campo pessoal por me considerar um pesquisador das ciências sociais que se incomoda e repudia as ideias de eugenia e de Epistemicídio. Para a ciência, constitui um contraponto a constantes fugas acadêmicas de se pensar o racismo em si. Para a sociedade, seu relevo se dá, por exemplo, por, no Brasil, sermos uma população de maioria negra (preta ou parda).

1.A LÓGICA DO PODER: ALTERIDADE E REPRESSÃO

Como pensar a questão da alteridade sob o prisma da ciência política? Qual a relação dessa fundamentação às ciências sociais? Por que caminhos entender a alteridade em questões como a repressão?

Não é difícil pensar hermeneuticamente a alteridade, não só pela vasta gama de possibilidades que o termo abrange em diversos níveis conceituais mas também, e sobretudo, pelas questões inerentes e bastante relacionadas com a alteridade, como, por exemplo, a diversidade.

Entendendo a diversidade em suas diferentes conotações e denotações, deve-se considerar tamanha vastidão quando do pensar possibilidades outras que não as sublocadas na própria diversidade da diversidade, ou até, diversidades das diversidades. Sabendo, portanto, da provável incapacidade de um estudo hermenêutico profundo, cabe, neste trabalho, a investigação de uma nuance apenas que evidencie clara a diversidade, ou, pois, a alteridade na diversidade, e especificamente a alteridade na diversidade sexual, entendendo o poder como possibilidade repressora.

O conceito de alteridade fundamenta a relação que permite ao outro respeitar o que se atribui a si, o que antropologicamente pode significar como um respeito ao outro em sua diversidade à medida que não se propõe qualquer possibilidade de etnocentrismo de posição ou de atitude. Sociologicamente, portanto, deve-se entender a alteridade como parte inerente ao processo das relações sociais, em todo o processo social. Percebendo-se como diversidade o fator de maior relevância em se pensando as partes na formação do todo, e, nesse sentido, do todo social, com grupos distintos, de pensamentos, língua, sexualidade, etnias diferenciadas. Cabe, portanto, às Ciências Sociais o posicionamento crítico que objetive questionar toda e qualquer possibilidade dogmática infundada cientificamente.

O poder, no decorrer de toda a história humana, apresentou-se como forma de repressão. Desde os momentos em que respaldava ações erradas de líderes políticos, até as situações em que padronizava a grande massa populacional por intermédio de um estatuto moral, poucas vezes não dogmático.

Michel Foucault (1987) resume a história da normatização em seus três primeiros capítulos do livro *Arqueologia do saber*. Há o emprego dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série, de transformação:

A qualquer análise histórica, não somente questões de procedimento, mas também problemas teóricos, coloca-se o emprego dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série, de transformação. Deve-se libertar, em primeiro lugar, de todo um jogo de noções que diversificam, cada uma à sua maneira, o tema da continuidade, como um trabalho negativo a ser realizado.

Para Foucault, a sociedade precisa se libertar da lógica verticalizada de opressão, a partir do uso de mecanismos de poder, uma vez que há um jogo de noções que diversificam, cada um à sua maneira, o tema da continuidade, como um trabalho negativo a ser realizado.

Como se observou na citação acima, Michel Foucault, em uma espécie de análise do discurso, afirmando que deve haver a colocação do emprego dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série, de transformação para qualquer análise histórica, tanto para problemas teóricos ou de procedimentos.

Atenta para que haja uma libertação de um jogo de noções as quais diversificam o tema da continuidade, como um trabalho negativo a ser realizado. E prossegue afirmando que a inquietação de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares se torna necessária. Afirma ser necessária a inquietação de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares. Endossa a necessidade de deixar sob rasuras, ou seja, manter em suspenso, essas formas prévias de continuidade, isto é, todas essas sínteses que ainda não problematizamos e que deixamos valer em pleno direito.

Para ele, todo um domínio já encontra liberado, desde que estejam suspensas essas formas imediatas de continuidade. Há um intenso domínio, e, portanto, o poder evidenciado como forma de dominação social. Tal poder de domínio se constitui pelo conjunto de todos os enunciados efetivos, em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um.

Gonçalves (2010) analisa a questão do poder em Michel Foucault:

Ele (Foucault) enfatiza a própria língua como um instrumento de dominação. Alerta que precisamos estar seguros de não a relacionar com operadores de síntese que sejam puramente psicológicos e sim podermos apreender outras formas de regularidade, outros tipos de relações. Ou seja, a constituição linguística dos idiomas possui termos carregados de simbologia e de ideologia de dominação. Prova disso é a ideologia racista, arraigada na Língua Portuguesa a partir do radical dos vocábulos “negro”, “preto”, “escuro”. Por exemplo, podem-se destacar as seguintes expressões ou frases: “isso denigre a minha imagem”, “a situação está preta”, “isso está obscuro” etc. Por que nunca se pensou em usar as expressões ou frases: “isso debranca a minha imagem”, “a situação está branca”, “isso está obclaro” para sentidos ruins ou pejorativos? Porque nossa sociedade está imbuída da ideologia racista aplicada ao vocabulário de nosso idioma pátrio, isto é, o idioma sendo usado como mecanismo de poder, submissão, opressão, verticalização ideológica, massificação.

Conseguindo se libertar de todos esses grupamentos (FOUCAULT, 1987), considerados como unidades naturais, imediatas e universais, podemos construir outras unidades. Ressalvando-se que não se poderá descrever, sem limites, todas as relações que possam vir a aparecer. Ele, então, dá continuidade a sua reflexão, já fazendo uma ponte com a questão do poder, a partir da ótica da teoria do conhecimento acerca da questão do saber e, por conseguinte, do aprender e apreender socialmente.

Sugere, quanto à língua e ao pensamento, o isolamento da instância do acontecimento enunciativo, não para disseminar a “poeira dos fatos”, mas para estarmos seguros de relacioná-la com operadores de síntese os quais sejam puramente psicológicos e podermos apreender outras formas de regularidade, outros tipos de relações. Esse ponto é crucial na filosofia Foucaultiana: o questionamento da regularização existente e das relações de poder que perduram por séculos, a partir da lógica dos interesses do Estado.

Propõe que, com a libertação de todos os grupamentos considerados como unidades naturais, imediatas e universais, temos possibilidade de descrever outras unidades. A relação com as sexualidades plurais na ótica dessas diferentes unidades, embasadas na ruptura, faz-se pertinente neste momento, para embasar o segundo capítulo deste artigo.

Foucault (1987) chama de gramática ou de medicina enunciados que se apresentam como pertencentes a essas comunidades milenares. Elas incluem a economia política, a biologia e a psicopatologia. Afirma que o discurso médico sofreu lento depósito de todas essas alterações que nos conduzem até hoje ao limiar de uma nova medicina.

Até então, ele comenta dois grandes enunciados: a Gramática e a Medicina, evidenciadas como pertencentes a continuidades milenares. Agora, Foucault (1987) enfoca que essas grandes famílias de enunciados se impõem a nosso hábito, como forma e mecanismo de poder e dominação. Usa-se o idioma para disseminar a ideologia de preconceito com as sexualidades plurais. E usa-se a medicina para endossar tal compreensão, com base na sexualidade binária (homem/mulher), que será discutida posteriormente neste trabalho.

É essencial, neste momento de nossa reflexão, entender a noção de “regras de formação”, mesmo que de maneira simplificada, a partir de um levantamento das direções abertas e saber se podemos dar conteúdo a esta noção. Nesse sentido, o discurso, segundo Foucault (1987), é algo inteiramente diferente do lugar em que objetos que teriam sido instaurados anteriormente vêm se depositar e se sobrepor.

Se, em determinada época, em nossa sociedade, o delinquente foi psicologizado e patologizado, e, se a conduta transgressora pôde dar lugar a toda uma série de objetos de saber, é porque, no discurso psiquiátrico, foi empregado um conjunto de relações determinadas. Tais relações, conforme a ótica de Foucault (1987), atuando no discurso psiquiátrico, permitiram a formação de todo um conjunto de objetos diversos. E essas mesmas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização. E essas relações não estão presentes no objeto, não são elas que são desenvolvidas quando se faz sua análise.

Alain Touraine (1990, p.215) diz que “os poderes autoritários têm a vontade de unificar culturalmente a sociedade para impor um controle absoluto a indivíduos e a grupos cujos interesses, opiniões e crenças são sempre diversos.” Ou seja, ele deixa claro que a tentativa de se unificar culturalmente a sociedade para um impor um controle absoluto é uma forma de o Estado manifestar o poder como forma de repressão.

Touraine (1990) faz uma reflexão interessante acerca do poder das crenças e das práticas religiosas em desejar unificar ideologicamente a população. Diz ainda que há os que impõem uma religião de armas na mão e que são tão repressivos como aqueles que querem estabelecer a ditadura da

razão. Tal fundamentação é interessante ao passo que dá margens à percepção das crenças e religiões como ferramentas sistêmicas de hierarquização ideológica. E são utilizadas há milênios como mecanismos de uso do poder como forma de repressão.

Para Touraine (1990), durante muito tempo, houve o isolamento da vida local que tinha protegido a diversidade cultural contra as ambições de um poder central cuja capacidade de intervenção era de fato muito limitada; foi quando a integração nacional e o poder administrativo se reforçaram, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a mobilização industrial, que o espírito democrático assumiu a forma de leis que protegem o pluralismo cultural. [...] Tal modelo nacional-democrático permitiu combinar, graças às liberdades públicas, o pluralismo e a unidade política.

Foucault (1987) encontra eco no pensamento de Touraine à medida que observa que as relações discursivas não são internas ao discurso, não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Quando há descrição da formação dos objetos de um discurso, tenta-se identificar os relacionamentos que caracterizam uma prática discursiva.

Já Nietzsche (1997), a quem se poderia considerar o pai do existencialismo e do humanismo, enxergava a moral como um instrumento social de repressão, estando, independentemente do método – exposição oral ou interrogativa – em duas instâncias: escrava e aristocrática. Dizia também que o indivíduo vivia sob uma tensão de duas forças antagônicas: a cultural e a instintiva. Gonçalves (2010) aborda a lógica da repressão em Nietzsche:

A partir dele, entender a repressão e, especificamente, a moral como instrumento de repressão, percebe-se que o instinto, natural do ser humano, é na maioria das vezes cerceado por uma cultura de massa, geralmente repressora, que impede o homem – ser humano – de transcender ao que aí está, de instaurar o novo a partir de seus valores, por ele mesmo criados, de transgredir o que estiver estabelecido, de, então, se tornar um Super-Homem.

Assim, este Super-homem, ser que transcende a justificação moral que embasa a sociedade, que transgredir a normatividade do ser reprimido pelo poder, sente-se limitado diante de tantas imposições que lhe são feitas, e, para permanecer sendo o mesmo Super-homem terá de reescrever essa moral – até então aplicada à massa – transformando-a numa moral que dê também lugar à sua moral, duramente conquistada.

Significado tão abrangente reforça a tese de ser a moral forte instrumento repressor, como afirmava Nietzsche. Foucault (1997) fundamenta a mesma teoria da moral como instrumento repressor, utilizada pelo próprio poder e, pois, o poder como fonte de repressão claramente.

Para Foucault (1987), a multiplicidade dos poderes, entendidos como poderes políticos, só pode ser estabelecida e só pode funcionar a partir dessa unidade do poder, fundamentada pela teoria da soberania. E a ótica da teoria da soberania mostra ou tenta mostrar que um poder pode se constituir não exatamente segundo a lei, mas segundo uma certa legitimidade fundamental, mais fundamental do que todas as leis, que é um tipo de lei geral de todas as leis e pode permitir às diferentes leis funcionarem como leis. Gonçalves (2010) enfatiza a lógica da sujeição no âmbito da teoria da soberania:

Em outras palavras, a teoria da soberania é o ciclo do sujeito ao sujeito, o ciclo do poder e dos poderes, o ciclo da legitimidade e da lei. Na teoria da soberania, pressupõe-se o sujeito: ela visa fundamentar a unidade essencial do poder e se desenvolve sempre no elemento preliminar da lei. Para Foucault, há o Tríplice "primitivismo": o do sujeito que deve ser sujeitado, o da unidade do poder que deve ser fundamentada e o da legitimidade que deve ser respeitada. Ele quer mostrar como esse instrumento que a análise político-psicológica se proporcionou, há três ou quatro séculos, a noção de repressão — que mais parece copiada do freudismo ou do freudo-marxismo — se miseria de fato numa decifração do poder que se fazia em termos de soberania.

Foucault (1987) segue a reflexão a partir da discussão sobre a cidade operária como referência de entendimento desses mecanismos de poder. Ele faz uma reflexão sobre a cidade operária, enfatizando o recorte por indivíduos em visibilidade, normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce pela própria disposição espacial da cidade. Em outras palavras, ele está observando toda uma série de mecanismos disciplinares facilmente encontrados na cidade operária.

Reflete ainda que tais mecanismos são regulamentadores, incidindo sobre a população. Com a permissão social, há a indução de comportamentos de poupança, por exemplo, que são vinculados à moradia, ou à locação dela, ou à sua compra. Sistemas de seguro-saúde, ou seguro-velhice; regras de higiene que garantem a longevidade da população; pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade e, portanto, sobre a procriação; as pressões que se exercem sobre a higiene das famílias; os

cuidados dispensados às crianças; a escolaridade, etc. Logo, há os mecanismos disciplinares e mecanismos regulamentadores.

Primeiramente Foucault (1987) fala da teoria da soberania, na qual a base é a relação de poderes a importante fundamentação da relação de sujeito e sujeitado. Ora, pois, é, portanto, o poder o grande propiciador de uma situação de repressão, já que elenca o certo e o errado a partir de um estatuto próprio.

Em seguida, a discussão parte da cidade operária, específica do século XIX, na qual é forte a questão disciplinar, que passa a atribuir aos indivíduos muito de uma noção de regramento, tanto aos indivíduos quanto às instituições. A questão maior está no fato de o controle passar a existir em comportamentos, como afirma Foucault. Toda essa regulamentação tem o objetivo de instaurar mecanismos disciplinares.

E, em se tratando de regulamentação dos comportamentos, há pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade, portanto sobre a procriação, como se vê ao final do segundo fragmento. Cabe aqui grande discussão e problema filosóficos: a repressão da sexualidade, sobretudo do que concerne à diversidade sexual, já que a dita procriação só se dá nas relações heterossexuais. E este é exatamente o tema do próximo capítulo, no qual se aprofundará a questão.

2.PADRÃO HETERONORMATIVO: VULNERABILIDADE E NÃO ALTERIDADE

No capítulo anterior, viu-se o poder como forma de repressão, com seu embasamento moral, e, portanto, uma moral repressora. Ao final do capítulo vemos clara uma fundamentação Foucaultiana da repressão da sexualidade, sobretudo no concerne à procriação, quando trabalha a questão da cidade operária e, nela, as relações de regulamentação e controle social. Em se tratando de uma apologia, desta cidade operária, da heterossexualidade, tornam-se imediatamente reprimidas toda e qualquer outra orientação afetiva e sexual que difira desse padrão que permite procriar.

De acordo com as várias posições de diversas religiões, fica complicado estabelecer uma linguagem única de apoio ou reprovação por parte das denominações religiosas, no entanto, a reprovação parece uma constante. É claro que essa polêmica aquece as discussões no campo jurídico, deliberando conquistas jamais vistas como, por exemplo, um adendo de lei — de preconceito — que considera crime inafiançável o xingamento de alguém que caracterize uma homossexualidade.

Ao contrário do que algumas pessoas pensam, a lei atual sobre Parceria Civil entre Iguais não propõe um casamento ou matrimônio, mas sim uma união civil que garanta aos parceiros a legalidade que hoje já se tem no campo informal. A Lei de Curatelo, por exemplo, diz que quando um dos parceiros adoecer, o outro poderá visitá-lo e determinar suas visitas e procedimentos médicos, o que acontece hoje é que a maioria das famílias aproveitam-se da lei de Curatelo para impedir o parceiro de visita. Muitas vezes, quando esses mesmos familiares souberam da orientação ou opção do(a) filho(a), excluíram-no. Vale lembrar que a lei não é só para iguais, mas para enfermeira e doente sem família, por exemplo, e prevê a garantia de seguro de finado em caso de morte do parceiro.

Foucault (1987) fundamenta que se possa deduzir qualquer coisa do fenômeno geral da dominação da classe burguesa. Evidencia logicamente o quanto tais mecanismos de controle puderam intervir no tocante à exclusão da loucura, à repressão ou à proibição da sexualidade; como, no nível efetivo da família, do círculo imediato, das células, ou nos níveis mais baixos da sociedade, estes fenômenos, de repressão ou de exclusão, tiveram seus instrumentos, sua lógica, corresponderam a um certo número de necessidades.

Foucault (1987) teve por objetivo mostrar quais foram os seus agentes e procurar esses agentes não, de modo algum, no âmbito da burguesia em geral, mas dos agentes reais, que podem ter sido o círculo imediato, a família, os pais, os médicos, o escalão mais baixo da polícia, etc. Evidenciou como esses mecanismos de poder, em dado momento, numa conjuntura precisa, e mediante certo número de transformações, começaram a tomar-se economicamente lucrativos e politicamente úteis. E conseguiu mostrar facilmente que, no fundo, aquilo de que a burguesia necessitou, aquilo em que finalmente o sistema encontrou seu interesse, não foi que os loucos fossem

excluídos, ou que a masturbação das crianças fosse vigiada e proibida — mais uma vez, o sistema burguês pode suportar perfeitamente o contrário; o ponto em que ele encontrou seu interesse e pelo qual ele se mobilizou não foi no fato de eles serem excluídos, mas na técnica e no próprio procedimento da exclusão. Foram os mecanismos de exclusão, foi a aparelhagem de vigilância, foi a medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência, foi tudo isso, isto é, a micromecânica do poder, que representou, constituído pela burguesia, a partir de certo momento, um interesse, e foi por isso que a burguesia se interessou.

Obviamente toda essa questão ideológica de Foucault encontra eco na situação política e econômica do contexto no qual escreveu seus pensamentos. Na atualidade, partidos como o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) concordam que há uma relação do preconceito com o sistema capitalista: “O preconceito contra o homossexualismo está intrinsecamente ligado à natureza excludente e opressora da atual organização social e só pode ser definitivamente combatido com a desconstrução do capitalismo.” Acesso em: 11 dez. 2008. Disponível em <http://www.pstu.org.br/opressao_materia.asp?id=1270&ida=0>

Convém ressaltar que a repressão da sexualidade é algo que acontece não só no capitalismo ou no sistema burguês. Tal prática é muito antiga e acontece, inclusive, em sistemas não capitalistas.

Prado e Machado (2008, p.12) dialogam com este posicionamento na medida em que refletem que, a partir do século XIX, o corpo e a sexualidade passaram a ser objeto privilegiado das políticas de controle e de moralização da vida social. Evidenciam que, articulados com um projeto de sociedade verticalizada e hierárquica, o corpo e o prazer se tornaram campos de luta e de debate político, revelando formas ideológicas de circunscrição de identidades sexuadas e de reconhecimento social.

Essa medicalização da sexualidade, através da aparelhagem de vigilância – especificados por Michel Foucault com micromecânica do poder, como literalmente mecanismos de exclusão, de proibição, de sufocamento, de delimitação, de imposição, de exaustão de toda e qualquer forma de manipulação, repressão, amputação, normatização – representam a repressão da sexualidade.

3.RACISMO: EPISTEMICÍDIO E SUBALTERNIDADE

Assim como se observou que as relações de poder se observam na questão da sexualidade, convém mencionar que se estabelecem de maneira contundente no âmbito do racismo. A lógica do poder e do poder como repressão se alimenta do racismo que faz negros, pretos e pardos subalternos, justificando-se nesse sentido todas as formas de violência a eles direcionada. Como aparece no texto “Crítica da razão negra”, que traz a ideia de raça como signo de qualquer subalternização da vida.

Para a Bioética, interessa entender a vida, para além da dimensão biológica, mas também epistemológica e política. Como base de nossa discussão neste capítulo, teremos o texto da Aparecida Sueli Carneiro (2005), o qual traz estéticas da vida e relações com essas vidas. A ideia de vida aparece como reflexão filosófica. Nesse sentido, interessa situar o racismo como constituinte da vida e do modo como lidar com ela.

A discussão racial interétnica aduz a emergência da noção de raça, no que tange às relações entre raça e vida, entendendo-se o racismo como imagens da vida. A introjeção do genocídio remonta como categoria fundamental dessas relações de como a vida e a morte se instalam na modernidade. Todos esses elementos, marcados por uma categoria hierárquica qualquer, partem de uma lógica que surge com o racismo.

O racismo ensinou o mundo a pensar dentro de uma lógica vital hierárquica. A raça é uma espécie de agenciamento da espécie humana, que se expressa no mundo moderno, e divide a experiência humana em mundos. Em algum momento da nossa história moderna, a raça passa por uma espécie de legitimação da natureza.

As abordagens de racismo fenotipado são problemáticas, porque causam aprisionamento histórico. Esse essencialismo histórico escapa das garras da biologia para um radicalismo histórico irreversível. Interessa-nos, então, uma noção de raça como cultura, nos encontros entre o oriente e seus outros, que acontece na expansão dos orientais.

Essa relação entre racismo e modernidade merece atenção. A maneira hegemônica de pensar é que o racismo é um acidente da nossa história, e uma

vez identificada essa falha, nós podemos desconstruí-la. No livro “Raças e Racismo: Platão a Derrida”, observa-se que as pessoas em geral reconhecem que há racismo, desde as críticas de Darwin. Hanna Arendt, uma das grandes teorizadoras do racismo no século XX, sai em defesa das teses segregadoras dos EUA.

Ao contrário disso, vê-se que o racismo é uma parte da modernidade, é a estrutura motriz da modernidade, ele oferece a gramática da modernidade, aqui entendida essa modernidade como nosso tempo presente, como nossa atualidade. A história positivista pensa desde a queda do império romano à modernidade. Com a ruptura das estruturas que colocaram o projeto urbano em declínio, a ideia de modernidade encontra-se ligada à ideia de progresso. O discurso sobre progresso é o grande ícone da modernidade.

Outra imagem muito importante é a ideia da racionalização das instituições: Estado, família etc. Essa racionalidade se organiza em função do progresso, é uma racionalidade binária em polos hierarquizados de uma maneira opressiva. Outra imagem importante está vinculada aos processos civilizatórios. Conceito caro para Bioética e Direitos Humanos.

Observa-se uma separação curiosa entre ser humano e animais, esquecendo-se de que somos animais. Qual o plano de fundo de entender essa metáfora da animalização do ser humano? O problema não é perceber que brancos são diferentes de negros, nem homens de mulheres, nem africanos de europeus, o problema são os valores agregados a tais diferenças. O homem para Foucault é uma invenção moderna, sendo que ainda vivemos essa experiência da modernidade.

Interessa-nos a vivência dos direitos humanos. Eles lidam como uma espécie de imagem da alteridade com a qual temos de ter cuidado. Essa imagem de alteridade que surge de homem, de ser humano, para pensar que esses outros humanos são sempre perigosos, ameaçadores etc., por isso a gente protege esse homem destes outros homens. Por exemplo, a imagem do muçulmano que precisa ser protegido, mas que tem que se ter cuidado com ele. A imagem do árabe antes era romântica, e isso povoava o nosso imaginário de maneira positiva; hoje a imagem do “homem-bomba” a ele está atrelada. Essa inversão paradoxal dos direitos humanos tem causado uma

desorganização internacional. Essa confusão se potencializa por tentarmos resolver os problemas externos em vez de resolver os internos.

Os europeus chegam para trazer a salvação, quem não quer ser salvo, morre. Depois o cristianismo vem trazer a imagem do capitalismo. Por fim, vem a ideia de democracia, e, se você não quer democracia, leva um tiro. A modernidade é um fato. Foucault odiava a ideia de pós-modernidade. Para Habermas, a pós-modernidade é a superação moderna das armadilhas da própria modernidade. Ninguém quer abrir mão do Estado, por isso é difícil entender a proposta da pós-modernidade fora da modernidade, uma espécie de pós-modernidade caricata, ou seja, o respeito às singularidades.

Não há como pensar Biopolítica sem pensar na discussão do racismo. A discussão racista é o problema original das teorias da Biopolítica. Foucault em “Em defesa da Sociedade” traz a ideia da Biopolítica e oportuniza entender o conceito de soberania. A tese de Carneiro (2005) se propõe a ser um diálogo com a hegemonia. Essa hegemonia que determina a alteridade como elemento de subordinação. Em que diálogo não é supor que o outro irá lhe ouvir, mas que existirá uma estratégia de comunicação. Para falar com o outro, de que lugar eu estou? Qual é o meu lugar? O “eu hegemônico ocidental” é a base da moral comum acadêmica.

Carneiro (2005) se apropria de partes do Foucault, e, em sua discussão do racismo, encontra em Foucault a discussão do poder. Elenca um segundo pressuposto: a questão da escravidão. Outro aspecto metodológico relevante é pensar a negritude, não como categoria, mas a negritude como um negativo do “eu” hegemônico. Negro foi criado como um não ser. Não há textos sobre a população negra antes do século XVI.

O que o ser humano representa é negado na construção do ser humano negro, colocando-o na zona de um não ser humano. Negro é sempre visto como corpo: “mulata” como vulcão sexual que você pode usar como quiser; “negão” com pênis grande em que o corpo é mais que a cabeça. Isso está na dinâmica das relações, povoa esse imaginário social hierarquizado na semântica intrínseca das relações de poder, e de poder como forma de repressão. Raça aqui entendida como categoria política, que é gerada pelo racismo, produto do racismo.

Enquadrar as pessoas negras como subalternas é como se fosse uma categoria natural. Carneiro (2005) questiona o “eu” hegemônico numa perspectiva da diferenciação entre o ôntico e ontológico. À medida que o ontológico, a essência, não incluirá o negro, este estará reduzido à aparência, ao ôntico, ao corpo, ao físico.

Ao abordar o Epistemicídio, Carneiro (2005) o teoriza primeiramente de maneira mais contundente. Convém sempre ter em mente a carta que Sueli faz ao “eu” hegemônico, logo no início de sua tese. Foucault é o mediador que ela agenciará como uma ação prática. Nesse sentido, há o modo de formação do sujeito de criar o outro para ser negado. Isso no âmbito da criação ontológica de subjetividades, da criação de relação de alteridade numa subordinação com o outro.

Por que precisamos ter uma demanda como 21 de março, no Brasil, para se debruçar sobre a questão da racialidade? Corpos continuam sendo mortos, sem justificativa. “Mantêm-se as pessoas vivas apenas para sua força de trabalho, mas não as deixam vivas em suas identidades” (MBEMBE, 2017). O resultado do racismo não é difícil de observar, mas a sua atuação prática é. Se a mobilidade social é quebrada, retiram-se as pessoas que estão vivendo agora do âmbito de possibilidade de transformação protagonista neste aspecto de mobilidade social. Romantizar a morte do outro como martírio não é bom, por isso, o interesse do movimento negro é valorizar quem está vivo. Esse discurso de “somos todos” não é nada. Não podemos ser “somos todos” depois da morte. Temos que ser “somos todos” para pessoas vivas.

A agenda que a gente faz agora é diferente. Há camadas de discursos diferentes. A camada de discurso acadêmico é diferente. Um exemplo disso, é que, após as cotas, as discussões na academia se alteraram. Até então era fácil falar dos “corpos estranhos”. Quando os “corpos estranhos” passaram a habitar a universidade, isso colocou alguns setores em defesa. Conforme Wanderson Flor do Nascimento: “O discurso que era uma categoria acadêmica vira um discurso de militância. Não tem teoria que não seja militante. Habitar o discurso desde um corpo na academia (negros que estudam na UnB) é mostrar que todo discurso se incorpora”.

Numa dissertação de mestrado, geralmente vai-se ouvir “seu discurso é muito militante”, ou ainda, discurso viciado, sujo, contaminado, militante. A

distinção binária das naturezas dos discursos é biologicamente compromissada. Os discursos interagem, uma espécie de dispositivo como proximidade e distância. A perspectiva predominante diz que racismo é uma “bobagem”, não é estruturante. No sentido de que o Brasil tem muito racismo, porém não tem racistas.

Fazer política é fazer teoria, e fazer teoria é fazer política. Teorizar e politizar não são coisas diferentes. Os primeiros desafios são que esses diagnósticos não são evidentes, entendendo-se Somatofobia como uma das formas de somatonecessidade. A questão das mortes aconteceu com Martin Luther King, Marielle Franco etc. Convém entender que o processo genocida do ocidente ainda é um processo genocida, visto que genocidas atuais matam atualmente grupos discriminados, pois precisamos de camadas psíquicas a todo momento. E alguns são vítimas potenciais a todo momento. Como criamos dispositivos para lidar com essa coisa terrível: a mortandade? Como lidar com esse caráter da violência no mundo moderno? Uma das formas mais potentes é o racismo. Em termos econômicos é mais digerível, palatável. É mais fácil ler a violência numa perspectiva da classe.

O genocídio, então, aponta como um fenômeno constitutivo da modernidade. Para a modernidade existir na América, morreram quatro milhões de pessoas na travessia marítima pelo menos. O combustível da modernidade é sangue, e sangue não europeu. E isso não é tranquilo de se lidar. Precisamos do diploma para lidar com uma zona do ser. O livro “Yurugu”, de Marimba Ani, deixa isso evidente. Expressões como dispositivo, tecnologia e estratégia atravessam o discurso de Carneiro (2005). O instrumental da cultura branca é destrutivo.

É fácil diante de um gesto totalmente violento ter gestos solidários. Em algumas semanas ninguém mais vai saber quem era Marielle Franco, só as pessoas que já lembravam dela antes. Como bem dizia Foucault: a política é a continuação da guerra.

Carneiro (2005) inicialmente pensará na relação entre sujeito, poder e saber. A criação desse sujeito não pode estar visível. O poder é uma relação que funciona no regime de uma lógica, que funciona de modo estratégico. Quem precisamos matar para acabar com o racismo? Se matarmos todos os brancos do planeta, o racismo continua. As pessoas racializadas tem de

experimentar o auto-ódio. Por isso, os movimentos trabalham com o lobby do “não se odeie” como uma antítese do funcionamento de uma lógica. É uma lógica contra negros, não de brancos contra negros, mas um mundo contra negros. Não interessa quem é o autor, mas sim quem é a pessoa que sofre.

Carneiro (2005) traduziu muitas questões, com um caráter inaugural de uma série de questões que ela introduz por meio de rupturas. O sujeito padrão inicial servirá como ponto de partida da sua negação. Antes de um corpo ser pensado em termos de sexo, ele é pensado em termos de raça.

Para o racismo não há etnia, o racista não gosta de pretos ou pardos, nem de índios de um modo geral. Em vários países sequer a discussão de racismo é preponderante. Há, na experiência da colonização, um dispositivo diferente: o discurso é responsável por criar essa racionalidade. Daí o epistemicídio é tão importante.

Quem atirou na Marielle é uma pessoa, um indivíduo, que por mais que esteja numa lógica, ele tem a individualidade. Por isso Hanna Arendt orienta que se tome partido: ou se é a favor ou se é contra a lógica. Precisa haver outras maneiras de punir ou educar o racista, senão continuaremos com racismo. Não tomar uma posição é uma responsabilidade moral de cada um. Estratégia sem estrategista não é necessariamente uma estratégia sem executores. A ideia de dispositivo é importante para Carneiro (2005) para que, a partir dessa concretude, criem-se categorias. Como efeito prático do racismo teremos exclusão, subalternização etc.

O dispositivo nunca pode ser total, precisa ter fissuras, quebras, descontinuidade. As estratégias foucaultianas estão menos interessadas em falar do racismo em si. Muito menos de tratar do racismo como Carneiro (2005) faz. Ela chama de testemunhas, não de sujeito, nem de participantes da pesquisa. Os filósofos têm maneiras muito engessadas de produzir argumentos. Por isso, a tese de Carneiro é muito criativa metodologicamente. Ontologia e Epistemologia se informam umas as outras. É importante pensar os lugares dos corpos, haja vista que o corpo é performado de um lado. A primeira crítica ao Foucault é a questão do corpo, para ela o corpo é racializado.

Assim como as mulheres serviam aos homens, os moleques negros serviam sexualmente aos filhos dos fazendeiros em Casa Grande Senzala, de

Gilberto Freyre. Há cobaias humanas em pleno século XXI, quando recentemente “picaram” populações ribeirinhas para estudar o ciclo da malária. Quem eram as pessoas dessa comunidade ribeirinha do Amapá? Todos negros. Quando se pautou o racismo nessa discussão? Nunca. Estuda-se a população carcerária, entretanto não se estuda a perspectiva do racismo. Só se faz pesquisa com pessoas negras no Brasil e na África porque elas não são consideradas humanidade. Racismo não é uma questão de bom ou de mau caráter, pode-se gostar de negros e ser racista.

Raça, cor e etnia estão no campo do ôntico (aparência), já o ser humano em si está no campo do ontológico (essência). A noção de dispositivo situa o poder numa esfera da gramática e da tecnologia, mas também é produtiva. É operada por sujeito e produz esses sujeitos que operam essas engrenagens. Uma espécie de estratégia sem estrategista. Essas lógicas beneficiam grupos de pessoas.

Ao se pensarem direitos e igualdade em abstrato, fica vago sem se nomearem os extratos de igualdade. Não se consegue pensar em estratégias de superatividade sem definir o que precisa ser superado. Nomear dá amplitude a ideias escondidas como letras minúsculas em contratos. A Metáfora do contrato social é muito potente, da maneira como lemos o estado moderno.

Ninguém está negando a ideia do contratualismo. A questão é como traduzimos este contrato para ler a experiência do ocidente. Na base do contrato racial, está a violência racial autorizada. Existe um descompasso entre as demandas da sociedade civil e o que o Estado entende como demanda da sociedade civil. Intelectuais orgânicos e movimentos sociais fazem “gritar” tais demandas, e o Estado interpreta esses gritos com determinado distanciamento. A discussão social lida com um certo horizonte da harmonia.

E o que causa a desarmonia é a discussão do racismo e não o racismo em si mesmo. A tensão em torno dos discursos da democracia racial gira como um dispositivo de silenciamento no bojo do epistemicídio. O Brasil, durante muito tempo, compôs a Europa, como Reino Unido (Portugal, Algarves e Brasil). Depois do império, alguns problemas ocorreram. Na construção do discurso de nação, não houve a questão da revolução, e esse processo

harminoso afastou-nos um pouco da realidade de outros países da América Latina.

A narrativa que prevalece é a trazida por Gilberto Freyre, do luso-tropicalismo. Esse rastreio harmônico entre as raças, ao contrário da revolução que ocorreu nos outros países latinos. Como se o colonizador acolhesse a ideia da “preta” e da “índia”. Não há a ideia do estupro, mas do direito de se fazer uso sexual de um corpo disponível. A narrativa do Gilberto Freyre é tão sofisticada que rompe com a arquitetura colonial portuguesa. Em “Sobrados e mucambos”, segundo livro da trilogia de Freyre, a mulher negra como se fosse da casa (visto como um absurdo), mucama, como se fosse da família, com certo carinho, ... figura valorizada da mulher preta. “Tia Anastácia” é vista como velha, já desprovida de atributos sexuais. O problema com os “pretos” é ter transformado os escravos em mercadoria. Não há preconceito com o corpo dessas mulheres. Os estupros foram lidos como relações consentidas.

Como também fizeram parte de um conjunto de políticas do estado para o branqueamento da sociedade brasileira. Houve políticas de fomento de vindas de europeus brancos para cá. 1988. O povo dormiu escravo e acordou coisa nenhuma, pois as pessoas não tinham terra, nem trabalho, nem documentos. Pessoas europeias brancas eram recebidas com terras, trabalho etc.

Havia a política de criminalização da vadiagem, talvez a primeira lei genocida. As pessoas eram obrigadas a trabalhar pela lei anti-vadiagem, porém as pessoas “pretas” não possuíam trabalho nem emprego. Dois ou três negros juntos já se enquadravam na lei anti-vadiagem, além da Lei do Pito do Pando, em 1830, e outras leis municipais.

Nos romances do Jorge Amado, observam-se quantos bordeis eram visitados por pessoas estrangeiras. O racismo foi instrumental antes da abolição, não começa com ela. Salvador figura como uma grande favela com o centro na praia. Ou seja, a geografia do racismo não é homogênea. Parte do Epistemicídio implicou apagar uma memória do horror da escravidão. A questão a se pensar é o quanto de sangue está no alicerce deste País. Nas palavras de Wanderson Flor do Nascimento “Só de estarmos aqui sentados, há pessoas morrendo por causa disso. Nosso salário é pago por gente que está morrendo.”

Expressões culturais africanas estão ligadas a legislações municipais inibidoras. Podemos partir de outros aspectos legais além da Constituição Federal de 1988. Se tem uma coisa que é difícil é discutir mestiçagem. Os conflitos entre os “mestiços” e os “pretos” surgiram para a ideia de quem é o beneficiário das políticas de ação afirmativa. Enquanto os “pretos” e os “pardos” estão brigando, os brancos fraudulentos aproveitam, no nosso imaginário pigmentocrático. A branquitude que se instaura nos lugares advém da lógica de que o mestiço ou nasceu do estupro ou da política estatal de europeização, de eugenia. Aqui entendamos essa Miscigenação como um projeto racista e a Branquitude como supremacia branca.

Carneiro (2005) localiza o pardo numa parte do dispositivo de parcialidade fundado no ponto do estupro. Como a lógica funcionou? Como uma política do estado de exterminar os negros após a abolição. Uma estratégia eugênica de branqueamento de um lado e um dispositivo de violência de outro.

O pardo é, portanto, a expressão de uma violência racial. A figura do pardo ocupa um lugar de não ser em relação à branquitude e está num lugar de não ser em relação à negritude. Porque ele foi criado para acabar com a negritude. E a lógica do racismo é que é preciso reduzir para negar com mais facilidade. Reduzir várias categorias à categoria pardo constitui um mecanismo mais fácil de negação.

Mbembe (2017) afirma que, na Biopolítica, define-se quem deve viver e quem se deve deixar morrer. Na experiência colonial isso acontece mais para informar a sociedade internacional, pois há uma política que é pensada para ser assim. É preciso guardar na memória o holocausto como evento trágico para que não volte a se repetir (Necropolítica).

As guerras são linguagem do cotidiano, não são eventos isolados. O racismo estrutural se dissolve nas relações sociais. Como a gente nomeia as formas de opressão: racismo, lgbtfobia, as violências têm nome. O documentário “A primeira pedra” fala sobre os processos de linchamento. Linchamento enquanto justiça feita pelas próprias mãos, o direito de matar para fazer justiça, os linchados carregam o estigma. Para Mbembe (2017), não faz muito sentido usar o estigma em populações tidas como não humanas: como os negros, lgbt, índios, quilombolas e afins.

As pessoas negras não são consideradas negras. Assim, a categoria de estigma não é uma boa categoria, a população negra está no campo da abjeção e não da subjeção. Defende-se o crime do linchamento devido a se justificar por ser praticado pelo dito “cidadão de bem”, e também por ser o linchado um não sujeito, uma coisa, um bicho, um corpo.

Temos uma grande dificuldade de pensar políticas de inclusão para a juventude negra. Na periferia há cada vez menos linhas de ônibus, por exemplo. Temos de ter o negro, o pardo, o índio, o preto como sujeitos sociais com agir próprio e autônomo, e suas vidas valorizadas, e não suas mortes espetacularizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que o poder constitui forte alicerce das relações que tendem à repressão. A lógica do poder se estruturou para segregar o que não atendeu ao padrão hegemônico.

Essa lógica da repressão influenciou diretamente as questões ligadas à sexualidade. A heteronormatividade se fundamentou nas relações padronizadas de soberania e eugenia.

Surgiu, então, a lógica do racismo como justificada pelo papel de não ser atribuído a negros, pretos, pardos, índios e afins. A ideia de corpo e não de pessoa povoa o imaginário do pensamento moderno.

Nesse sentido, este artigo teve por objetivo discutir a lógica do poder, a heteronormatividade e o racismo, abordando o epistemicídio e a subalternidade como estratégias de repressão e de vulnerabilidade.

A metodologia desta pesquisa pautou-se em pesquisa bibliográfica, visto tratar-se de um artigo de revisão de literatura. Dentre outros autores, constituem a base dessa discussão: Michel Foucault, Aparecida Sueli Carneiro e Achille Mbembe.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- GONÇALVES, Jonas Rodrigo. *Metodologia Científica e Redação Acadêmica*. 6.ed. Brasília: JRG, 2015.
- GONÇALVES, Jonas Rodrigo. O poder como repressão da sexualidade: uma releitura a partir de Michel Foucault. *Revista Hegemonia Unieuro* (Brasília), v. 2, p. 25-51, 2010.
- GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Padrão heteronormativo: reconhecimento e cidadania como estratégias de superação. *Revista de Axiologia Jurídica da Faculdade Processus*, v. 01, p. 173-190, 2011.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. (Tradução de Marta Lança) Portugal: Antígona, 2017.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. São Paulo: Paz e terra, 1997.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo, MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.
- TOURAINÉ, Alain. *Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?* São Paulo: Instituto Piaget, 1990. p. 215.

05.A INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR¹

*Jonas Rodrigo Gonçalves*²

*Caroline Pereira Gurgel*³

RESUMO

A criação de políticas que visam a inclusão daqueles incapazes de arcar com os custos da graduação vem crescendo. A maior problemática consiste na falta de condições financeiras. Supõe-se que com o aprofundamento dos investimentos em nível superior, a situação socioeconômica do País progredirá. Pretende-se enfatizar a importância do ensino superior como é dada atenção à educação básica. A escolha do tema deveu-se ao conhecimento particular de uma das políticas de ordem privada. Há a análise das políticas, e finalmente uma comparação entre as duas escolhidas de iniciativa privada. Com isso, busca-se solucionar a dúvida de se as políticas brasileiras voltadas à educação são suficientes.

PALAVRAS-CHAVE

EDUCAÇÃO. INVESTIMENTO. CONSTITUIÇÃO. FINANCIAMENTO. BOLSAS.

1 Artigo oriundo de pesquisas no grupo de Iniciação Científica da Faculdade Processus em Direito e Políticas Públicas, sob a orientação do professor MSc. Jonas Rodrigo Gonçalves.

2 Mestre em Ciência Política (Políticas Públicas, Direitos Humanos e Cidadania). Especialista em: Letras: Revisão de texto; Formação em Educação a Distância; Docência no Ensino Superior; Didática no Ensino Superior em EAD. Licenciado em Filosofia e em Letras (Português e Inglês). Escritor, autor de 39 livros didáticos e acadêmicos. Coordenador dos grupos de pesquisa: Direito e Políticas Públicas; Políticas Públicas do Agronegócio e Gestão Ambiental; Português Jurídico; Língua Portuguesa e Carreiras Públicas.

3 Graduanda em Direito pela Faculdade Processus (Brasília/DF). Autora do artigo "Cuidados e Prevenções ao Diabetes no Brasil". Participante dos grupos de pesquisa Direito e Políticas Públicas, da Faculdade Processus, e Políticas Públicas Rurais, Agronegócio e Gestão Ambiental da Faculdade CNA, sob coordenação do professor MSc. Jonas Rodrigo Gonçalves. Palestrante no Seminário de Pesquisa da Faculdade Processus em 2018.

EDUCATIONAL INCLUSION IN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT

The creation of policies aimed at including those who are unable to afford graduation costs has been increasing. The main problem is the lack of financial conditions. It is assumed that with the deepening of investments at the higher level, the socio-economic situation of the country will progress. It is intended to emphasize the importance of higher education as attention is given to basic education. The choice of theme was due to the particular knowledge of one of the policies of private order. There is the analysis of the policies, and finally a comparison between the two chosen ones of private initiative. With this, it is tried to solve the doubt of if the Brazilian policies directed to the education are sufficient.

KEYWORDS

EDUCATION. INVESTMENT. CONSTITUTION. FINANCING. BAGS.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que, para o desenvolvimento do País, fazem-se necessários investimentos em educação, questiona-se o foco das políticas públicas de inclusão na educação básica, se o investimento em ensino superior é igualmente, ou até mais importante, já que é por meio deste que há a capacitação de profissionais. Por mais que o ensino superior não esteja incluso nos Direitos Fundamentais, no território brasileiro há uma crescente preocupação com essa fase do ensino e, portanto, a criação de políticas que visam a inclusão daqueles incapazes de arcar com os custos da graduação vem crescendo, não só na iniciativa pública, como também na privada.

Este artigo tem o objetivo de explanar acerca dessas políticas e, até certo grau, comparar seu nível de efetividade. Dentre as dificuldades encontradas, há a grande dificuldade que muitas famílias encontram para custear o ensino superior dos jovens, o que tais programas tentam resolver. Entretanto, há vários critérios a serem seguidos para aquisição das bolsas, variando de acordo com o programa escolhido.

A importância e a relevância de se discutir acerca do tema se relacionam com o possível progresso econômico derivado de uma maior parcela da população graduada. Para realização do estudo, fez-se uma análise dos principais, dentre tantos existentes, programas de inclusão educacional, que por meio de descontos nas mensalidades (parciais ou totais) viabilizam o aprendizado de muitos que não o fariam antes, por falta de condições financeiras. Para isso, primeiro há uma explicação sobre os Direitos Fundamentais e a Constituição do Brasil, seguida da análise das políticas de ordem pública, depois das de ordem privada e, por último, comparação entre as políticas privadas.

A maior problemática explanada no presente artigo, motivo de criação de tais políticas, consiste na falta de condições financeiras que muitos jovens enfrentam hoje no Brasil, e como isso pode afetar seus estudos. Porém, mesmo ofertando descontos até totais nas mensalidades, os programas apresentam certos critérios para aquisição das bolsas.

Supõe-se que com o aprofundamento dos investimentos em nível superior, a situação socioeconômica do País progredirá devido à capacitação de uma maior quantidade de pessoas. Isso porque se acredita que o desenvolvimento de um país depende do quanto este dá importância à educação, bem como à pesquisa.

. Dentre os principais objetivos deste artigo, há a explanação de algumas das políticas de educação superior existentes no território nacional. Além disso, pretende-se enfatizar a importância deste como é dada atenção à educação básica.

A escolha do tema deveu-se ao conhecimento particular de uma das políticas de ordem privada. Além disso, cabe ressaltar, mais uma vez, a relevância do ensino superior.

Para realização do estudo, que recusou o uso de questionários, há inicialmente a preocupação com a explanação acerca dos Direitos Fundamentais e como o direito à educação é tratado pela constituição de 1988. Ademais, há a análise das políticas, e finalmente uma comparação entre as duas escolhidas de iniciativa privada.

Com isso, busca-se solucionar a dúvida de se as políticas brasileiras voltadas à educação são suficientes para atender a população, ou se são necessárias novas abordagens. Por fim, cabe ressaltar a participação da esfera privada.

O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS VOLTADAS AO ENSINO SUPERIOR

A evolução da globalização dos Direitos Humanos, retratado no Direito Constitucional nacional, transmuta-se designadamente em Direitos Fundamentais, o que não exclui as dessemelhanças materiais de concepção e salvaguarda desses direitos.

O direito à educação, dentre os Direitos Fundamentais Sociais, foram internamente articulados a partir da reafirmação pelo Estado brasileiro das diversas legislações internacionais, tendo em vista a impossibilidade de separar a confluência existente entre os Direitos Constitucional e Internacional, partindo, portanto, de um modo de pensar dedutivo, que permite a constatação dos parâmetros jurídicos internacionais que definem os Direitos Humanos, especialmente o direito analisado: o Direito à Educação, constatado, dentre as legislações internacionais, no parágrafo XII da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem; no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos; no Artigo 13 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Tal direito, como um ponto de partida viável para erradicar as desigualdades no meio social, além de capacitação para trabalho, é tido como uma obrigação do Estado em países que se enquadram no perfil “em desenvolvimento”, atuando de maneira positiva tendo como objetivo a garantia dos Direitos Fundamentais, a qual pode ser realizada de diferentes maneiras, conforme a interpretação, conceituação e formas de satisfazê-los.

É preciso explicar que o Direito à Educação como Direito Fundamental é aquele que se refere aos ensinos fundamentais 1º e 2º ciclos, sendo em caráter de universalização o oferecimento do ensino médio e, na medida do possível, o acesso aos níveis mais elevados, como é o caso do ensino superior. (TEIXEIRA, 2015, p. 6)

Em âmbito nacional, a materialização desses direitos é observada por meio da aplicação das políticas públicas, sobretudo as referentes aos direitos daqueles que são tradicionalmente marginalizados ou não respeitados em alguma dimensão de sua dignidade no cenário histórico-cultural.

Com isso, para que os fins da República Federativa do Brasil sejam devidamente satisfeitos, e a especialização para o trabalho seja promovida, elevando a qualidade de vida, é necessário que se invista no ingresso ao ensino superior, mesmo não sendo este um Direito Fundamental.

Por meio do Artigo 1º - I, II e III, a respeito da dignidade e cidadania da pessoa humana, e do Artigo 3º - I, II, III e IV, que trata sobre a construção de uma sociedade livre, justa e, sobretudo, solidária; promover o desenvolvimento nacional; acabar com a marginalização e pobreza e diminuir as desigualdades tanto sociais como regionais; proporcionar o bem-estar da população sem quaisquer formas de preconceito e discriminação, a Constituição brasileira promulgada em 1988 pressupõe a base jurídica para as políticas públicas.

Convém ressaltar que, além dos princípios fundamentais, é determinada, no capítulo III da Constituição, nos Artigos 205 a 214, a Educação, ressaltando inclusive o ensino superior.

Tendo em vista a importância de zelar pela educação dos jovens, não só durante os ensinamentos fundamental e médio, mas também proporcionando maior facilidade no acesso ao ensino superior, tanto pela iniciativa pública do Estado, quanto pela iniciativa privada, houve a criação de programas de bolsas de estudo, tais como o Programa Universidade Para Todos (Prouni), o Crédito Educativo (Creduc), e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criados pelo governo nacional, e o programa Educa Mais Brasil, criados pela cooperação entre empresas privadas.

A respeito da política pública do Prouni, surgido a partir da Medida Provisória nº 213/214, que foi transformada na Lei nº 11.096 em 2005, o Estado concebe bolsas de caráter integral e parcial, variando entre 25% a 50%, de acordo com a renda *per capita* da família, sem fins lucrativos e contando com a aderência de Instituições de Ensino Superior, àqueles que possuem baixa renda, principalmente aos que não têm diploma e vivem em uma realidade de no máximo três salários mínimos e/ou obtiveram no mínimo quatrocentos pontos no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e não zerado a redação; e aos que realizaram a fase do ensino médio como bolsistas integrais em escolas privadas, ou na rede pública. Além da mencionada lei, há também a regulamentação pelo Ministério da Educação, que todo semestre emite Portarias e Decretos.

Outro ponto sobre o programa consiste em também oferecer bolsas em curso de graduação sequenciais, de educação específica, tanto presencial como a distância, para a instrução de educadores com vínculo às escolas públicas, sem levar em consideração a vulnerabilidade econômica, com o propósito de elevar a

quantidade de servidores devidamente qualificados responsáveis pela educação e pela formação de base,

O Prouni preconiza cotas raciais, cotas para os que possuem deficiência e cotas étnicas, além das já citadas cotas econômicas e sociais.

Os processos seletivos são determinados, normalmente, por Portarias Normativas que indicam como os candidatos devem realizar a inscrição (inclusive com a indicação de vagas para os grupos vulneráveis, étnicos, raciais e com deficiência, além das vagas trabalhistas e para professores da rede pública), os documentos que devem apresentar, para comprovar que atendem aos critérios da lei, às Instituições de Ensino Superior aderentes. A Portaria que define o Processo Seletivo indica as etapas de seleção e pré-seleção e oportuniza aos candidatos a inscrição em até duas IES, em cursos e turnos e modalidades de bolsas disponíveis. (TEIXEIRA, 2015, p. 3-4)

O Governo Federal extingue quatro dos tributos em resposta às bolsas oferecidas pelas Instituições de Ensino, sendo eles a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas; a Contribuição para o Programa de Integração Social; e a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social.

Sobre o processo de adesão das Instituições ao programa, pode ser feita a cada seis meses, com a condição de possuírem a nota mínima (três) no Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), sendo que a quantidade de vagas oferecidas é de 10,7% do total de vagas disponíveis na Instituição, de acordo com os cálculos feitos pelo Ministério da Educação, não sendo feita, portanto, reserva de vagas, mas sim seu aumento. Também é a cada seis meses o processo de manutenção dessas bolsas, sendo feito por meio do site do MEC das Instituições de Ensino Superior, mais especificadamente, por meio do Sistema do Prouni.

O Governo Federal, como forma de dar auxílio aos bolsistas do Prouni, disponibiliza bolsas (somente em casos de cursos que possuam uma carga horária de seis horas por dia), para incentivar a permanência do estudante no curso de graduação, com a gratificação, por exemplo, aos que cursam na área da saúde.

Não somente auxilia financeiramente, mas também o Prouni é responsável por incluir socialmente pessoas que sofrem com a má qualidade de formação educacional, de condições financeiras e que, por isso, enfrentam a discriminação social. Desde 2005, o programa apresentou uma queda de 0,8% no número de brancos adeptos, além do aumento da quantidade de pessoas pardas (1,6%) e a

manutenção dos participantes amarelos e negros, havendo também, entretanto, uma redução dos índios (0,1%) e dos não informados (5,31%), o que representa a dificuldade que, sobretudo os indígenas, ainda possuem para acessar e permanecer no programa como beneficiados.

Embora não leve em consideração o aspecto da renda, as bolsas destinadas aos professores possuem alguns critérios básicos, como, por exemplo, é preciso que estejam no quadro ativo de educadores de escolas públicas, no quadro de pessoal permanente da rede pública, e possuam vínculo com a efetiva atividade do magistério da educação básica. Mesmo sendo uma medida de investimento na qualidade de ensino básico, o que leva inevitavelmente ao desenvolvimento do País, a adesão de professores bolsistas ainda é pequena, sendo de 1% em 2011.

Como primeiro programa de amparo para realização do ensino superior, há o Programa de Crédito Educativo (Creduc), inaugurado no dia 23 de agosto de 1975, tendo como base a Exposição de Motivos nº 393, de 18 de agosto de 1975, e executado na primeira metade de 1976. De início, o programa contou com recursos advindos da Caixa Econômica Federal (CEF), do Banco do Brasil e outros bancos comerciais, porém, após a Lei nº 8.436 de 1992, que reestruturou o programa, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) passou a ser o responsável por administrá-lo e supervisioná-lo. No ano de 1993, depois de mais modificações, o único agente financeiro passou a ser a Caixa Econômica Federal, foram introduzidas formas inéditas de financiamento e limitou-se o acesso aos estudantes carentes da rede privada, exclusivamente para o pagamento de mensalidades.

Por mais que possuísse uma boa proposta inicial, o Creduc, por problemas como a engenharia monetária irregular, gerada pelo subsídio da taxa de juros e da correção financeira dos financiamentos, em uma época em que a inflação era alta; e a inadimplência dos estudantes, e sua continuidade passaram a depender da contribuição contínua de novos recursos financeiros do MEC.

Ademais, o programa não tinha definido de forma precisa aqueles que seriam beneficiados, levando em consideração que a maior parte dos estudantes inclusos estavam em instituições comunitárias, geralmente em cursos no período da noite, em cursos nas áreas de ciências sociais e humanas, ao invés de entre os mais carentes, ter feito uma seleção entre os que possuíam maior produtividade e dedicação nas atividades escolares e, essencialmente, os matriculados em escolas de qualidade considerável boa, em cursos que fossem estratégicos para o Brasil.

Devido a isso, o governo optou por substituir o Creduc, surgindo assim o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), por meio da Medida Provisória nº 1.827 de 27 de maio de 1999, da Resolução CMN 2.647 de 22 de setembro de 1999, e das Portarias Ministeriais nº 860 do mesmo dia e nº 1.386 de 15 de setembro de 1999, que permanece até os dias atuais, sendo regulamentado pela Lei nº 10.260 de 2001.

Assim, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1999, foi instituído o Fies, com o propósito de amparar parcial ou totalmente a educação superior dos alunos que possuíssem baixa renda familiar (evidenciada por documentos de receitas tanto individuais como familiares), matriculados de forma regular nas instituições de ensino superior privadas.

Esse financiamento oferecido pelo Governo Federal nada mais é do que um apoio financeiro sob a forma de concessão de financiamento aos estudantes regularmente matriculados em cursos superiores em IES (Instituições de Ensino Superior) privadas, com avaliação positiva no Exame Nacional de Cursos (ENC), hoje Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). (MOTTA e DE OLIVEIRA, 2015, p. 9)

A princípio, o Fies concedia financiamentos de até 70% do total do valor cobrado mensalmente pelas instituições. Entretanto, a partir de setembro de 2005, o financiamento passou a ser, no máximo, de 50% e, a partir de 2007, devido à publicação da Lei nº 11.552, em 2007, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, passou a conceder financiamentos de 100% nas mensalidades, além de ampliar a disponibilidade de bolsas a alunos de doutorado e mestrado, se houvesse recursos para isso e tendo como prioridade o atendimento aos estudantes matriculados nos cursos de graduação.

O investimento em ensino superior por programas como o Fies possibilita aos estudantes de más condições financeiras e elevado nível intelectual a adesão às instituições e mesmo a concretização do desejo de terminar o curso de graduação.

Os critérios a serem levados em consideração para concessão das bolsas tiveram alteração por meio da Lei nº 10.260 de 2001, a qual determina que a desenvoltura acadêmica seja de no mínimo 75% de aprovação em todas as matérias cursadas, e a regularidade da matrícula do aluno, que não poderia afastar-se da instituição no período de um ano.

Cabe destacar que uma particularidade do programa foi a concessão às Instituições de Ensino Superior a usarem os Títulos do Tesouro para quitar as

dívidas tributárias federais, em compensação pelas semestralidades/anuidades que os estudantes deviam.

Novas modificações foram feitas em 2015 e, segundo o Ministério da Educação, nos primeiros seis meses deste ano o Governo Federal atribuiu novos requisitos para a aquisição pelos alunos, das bolsas ofertadas, sendo eles a obtenção do mínimo de 450 pontos e nota superior à zero na redação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); e a priorização pelas Instituições de Ensino dos cursos com qualidades cinco e quatro, na escala do Sinaes, que vai de 1 a 5, melhorando, inclusive, o conceito das academias de ensino superior.

Essa priorização fez com que, na primeira metade de 2015, 52% dos contratos do Fies fossem em graduações com conceitos de qualidade quatro ou cinco de acordo com o Sinaes.

Segundo o Ministério da Educação, há prioridade nas graduações das áreas de educação de professores – seja normal superior, pedagogia ou licenciatura – que auxilia no progresso do ensino básico brasileiro; das engenharias, visando aumentar a produtividade econômica do País; e da saúde, para elevar a qualidade dos funcionários, principalmente da rede pública de saúde do Brasil. Isso se deve ao fato de serem consideradas áreas estratégicas para a formação de profissionais acarretando no completo desenvolvimento social, bem como o econômico, brasileiro.

Ainda de acordo com este Ministério, há prioridade de atendimento pelo programa nas regiões Norte, Centro-Oeste, menos o Distrito Federal, e Norte, bem como outras políticas sociais federais, por procurar retificar as desigualdades regionais. Nos dias atuais, entretanto, cerca de 60% do total de contratos dizem respeito às regiões Sudeste, Sul e no Distrito Federal.

Mesmo com a priorização acima citada, a respeito do conceito de qualidade do Sinaes, não cabe alegar que os cursos de graduação com notas inferiores a quatro, segundo esse critério, nestas regiões, assim como em outros territórios, não estarão inclusos nas bolsas financiadas. Eles estarão inclusos na lista de financiamento, com, entretanto, patamares inferiores aos das áreas que possuem prioridade.

Por outro lado, há também os programas de iniciativa privada, que visam a melhora na acessibilidade ao ensino, não só superior, e, conseqüentemente, o desenvolvimento do Brasil.

Grande exemplo desses programas é o Educa Mais Brasil, com inscrições de caráter gratuito, oferecendo bolsas de estudo de até 70%, durante todo o ano, em diversos segmentos do conhecimento, tais como Linguagens (Artes e Letras), Biológicas, Sociais, Ciências Exatas, entre outras, entre cursos de formação superior, pós-graduação, cursos técnicos, educação básica, cursos preparatórios para concursos, Educação de Jovens e Adultos (EJA), pré-vestibular, idiomas e cursos livres.

O programa também oferece cursos *on-line*, entendendo que, na rotina que usualmente as pessoas costumam levar no Brasil, talvez não possuam tempo de comparecer à Instituição almejada, sendo mais conhecidos como Graduação Por Ensino a Distância (EAD).

As últimas pesquisas voltadas à área da educação apontam para um crescimento significativo de alunos matriculados nos cursos online de nível superior. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Estatísticas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) juntamente com Ministério da Cultura (MEC), as matrículas em cursos EAD cresceram 7%, enquanto o número de matriculados no ensino presencial se manteve praticamente inalterado [EDUCAMAISBRASIL, 2018].

O Educa Mais possui mais de 15 anos de atuação, acredita na igualdade de oportunidades de formação, e conseqüentemente, na construção de carreiras, acarretando em um país mais democrático, justo e desenvolvido; e visa tornar oportuna a completa formação, e com qualidade, dos estudantes do Brasil, essencialmente dos que não têm condições financeiras de pagar 100% do valor da mensalidade, e, segundo o próprio Educa Mais, mais de 450 mil jovens já obtiveram o benefício das bolsas de estudo do programa.

Ele é responsável pelo oferecimento de uma quantidade superior a 500 mil bolsas para estudantes de todo o território nacional, totalizando um número maior que 18 mil Instituições de Ensino Superior parceiras, estando entre elas faculdades, escolas técnicas, colégios, centros universitários e universidades.

De maneira mais detalhada, no processo de inscrição são coletadas informações dos interessados de duas formas diferentes: a) as pessoalmente identificáveis, como, por exemplo, o nome da pessoa, seus números de CPF e RG, endereço de e-mail e número de telefone, que são coletadas por um cadastro que é preenchido pelo próprio usuário; b) por meio de *cookies*, que são diminutos arquivos

de texto encaminhados pela internet ao navegador, e permanecem armazenados nos computadores dos que acessam o site, e também possibilitam reconhecer os computadores de quem fazem o acesso do site, e, logo, permitem a disponibilização de conteúdos personalizados, de acordo com as preferências reconhecidas.

Como outra forma de garantia da proteção dos dados pedidos, na Política de Privacidade do Programa consta que, caso queira, o usuário é livre para adicionar, fazer atualização, e até excluir, no momento desejável, qualquer informação compartilhada, por meio da Central de Atendimento, encontrado facilmente no próprio site da instituição.

O Programa utiliza as informações dos interessados para analisar o seu perfil econômico-social, disponibilizar bolsas de estudo nas Instituições de Ensino parceiras, elaborar o contrato dos que forem aprovados, e ainda como uma forma de estreitar a relação de comunicação entre o programa e aquele que o deseja utilizar.

Cabe lembrar que as informações coletadas não são fornecidas a terceiros sem que haja a autorização do usuário, sendo usadas essencialmente pelos colaboradores e pelos cadastrados no Educa Mais Brasil Money, com o intuito de auxiliar o processo de contratação do serviço de bolsas. Entretanto, poderão ser concedidas na forma de dados genéricos e anexos referentes ao número de pessoas que fazem acesso ao site para parcerias comerciais e anunciantes.

Seu site utiliza o sistema de segurança *Secure Socket Layer* (SSL), que viabiliza a comprovação de autenticidade da página a começar do lugar em que há o fornecimento dos dados pessoais, e assegura a integridade, bem como a confidencialidade dos dados enquanto há a transmissão destes.

O Educa Mais é responsável por coordenar os processos de inscrição, seleção, pré-aprovação, contratação e renovação das bolsas cedidas pelas Instituições credenciadas, porém, não se responsabiliza por quaisquer danos provenientes da relação existente entre a Instituição de Ensino contratada e o bolsista.

O processo de contratação da Instituição se resume a selecionar uma bolsa que esteja disponível no site do Educa Mais Brasil, contratar diretamente pelo site, com pagamentos via boleto ou cartão de crédito, em que o valor é o mesmo valor integral da primeira mensalidade do curso; imprimir a carta de aprovação gerada e ir até a Instituição, com a carta de aprovação em mãos, e assim, matricular-se no curso almejado.

Dentre os critérios analisados para aquisição das bolsas de estudo, é verificado a falta de condições de arcar com as despesas totais das mensalidades do curso, e não haver vínculo educacional na Instituição escolhida, exceto nos casos, por exemplo, em que o interessado cursa graduação e deseja cursar, pelo programa, uma pós-graduação.

Na opção de cursos a distância, vários são os territórios brasileiros que possuem o Educa Mais Brasil, sendo eles Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Há também, de iniciativa privada, o programa Quero Bolsa, existente desde 2012, que é um serviço que oferece ajuda aos usuários (chamados de Querobolsistas) para descobrir a melhor faculdade e gerar economia nas mensalidades pagas. São mais de 1100 centros de ensino parceiros. O desconto ofertado vale até a conclusão do curso e, caso isso não aconteça, há a devolução do dinheiro ao empregador do serviço.

O processo para aquisição da bolsa de estudos é realizado pela internet, no site do programa, e consiste em escolher uma das bolsas disponibilizadas nas Instituições de Ensino parceiras que encaixe nas finalidades e no orçamento desejado, obtenção e pagamento da pré-matrícula. A partir daí, o percentual de desconto valerá até o fim do curso.

Diferentemente de outras associações e serviços, o Quero Bolsa não cobra taxas semestrais nem exige participação em qualquer reunião ou evento. Para adquirir o seu desconto você só precisa pagar a Pré-matrícula antes de poder imprimir o Comprovante. Este Comprovante de Pré-matrícula pode ser usado por todo o curso e garante sua bolsa até a formatura [QUEROBOLSA, 2018].

No que diz respeito à economia nos gastos, outros sites de bolsas de estudo fazem a cobrança de taxas semestrais de até 10% ou mais do valor total do curso. Como forma de agilizar o processo de inscrição, recomenda-se a criação de uma conta na rede social *Facebook*, porém, se o cliente assim desejar, pode realizar a criação de uma conta no site do Programa, usando somente seu e-mail.

Anteriormente à finalização da aquisição, o Quero Bolsa emite um aviso ao usuário contando o percentual de desconto fixo que será ofertado até o final do

curso e quanto esse percentual poderá variar, ao longo dos anos, dependendo da Instituição contratada.

Para que o direito à bolsa seja efetivado, é necessário que o futuro bolsista leve à faculdade o comprovante de pagamento da pré-matrícula, de acordo com o procedimento de cada uma das Instituições, sendo os dois mais comuns: 1) entrega no mesmo dia e lugar de realização do vestibular; 2) entrega no mesmo dia de realização da matrícula ou rematrícula, na secretaria da Instituição.

Em comparação ao programa analisado anteriormente, Educa Mais Brasil, que requer alguns critérios para que haja aprovação no programa, o Quero Bolsa somente exige que não se esteja cursando o curso desejado. Além disso, para que seja concedido o desconto, aquele necessita do pagamento de uma mensalidade completa para aquisição, com taxas semestrais para renovação do desconto. Já este apenas exige o pagamento de uma taxa única para emissão do comprovante da bolsa, sem demais custos até a finalização do curso.

Ademais, no Educa Mais Brasil, a política de desistência diz que o valor pago somente será devolvido em casos de a solicitação ser realizada em até quinze dias, com adesão de uma multa de 20%. Em contrapartida, o Quero Bolsa, devido à política Bolsa Garantida, não aplica multas, e a solicitação de reembolso seja feita em até seis meses a contar da emissão do comprovante de pré-matrícula, e que o estudante não tenha feito a matrícula na Instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que para progresso da nação os investimentos em educação superior passaram a ser levados em consideração, uma vez que só se falava em educação básica. Com isso, houve a tentativa de dizer-se se as políticas públicas surgidas são suficientes.

O maior problema averiguado, que levou à criação dessas políticas, foi a falta de condições financeiras de grande parte dos jovens. Entretanto, para que conseguisse uma bolsa de estudos, foi preciso que o interessado atendesse a alguns critérios.

Supôs-se que com a nova atenção dada ao ensino superior, o país alavancaria certo desenvolvimento. De certa forma, a suposição foi verídica, porém,

é necessária uma maior atenção aos programas criados, para que possam atender 100% dos interessados.

. Dentre os objetivos desse artigo, houve a explicação de algumas das políticas já existentes no Brasil. Além disso, pretendeu-se dar ênfase à importância deste, tal como é dada ao ensino básico.

Como resultados, obteve-se o êxito em ressaltar-se a relevância da aplicação de investimentos em ensino superior no Brasil, tanto que já existem políticas realizadas por instituições privadas, e a resposta à pergunta: As políticas já existentes são suficientes? Sim, são suficientes, mas há necessidade de maior adequação à realidade enfrentada por boa parte dos brasileiros, para que assim, uma maior parcela da população possa ter acesso ao ensino superior em faculdades de qualidade.

REFERÊNCIAS

EDUCAMAISBRASIL. Acesso em 14 set. 2018. Disponível em <<https://www.educamaisbrasil.com.br/>>.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo; SERPA, Mauro Pinto. **Direito e Políticas Públicas**: extrato da pesquisa de programas sociais vigentes em 2012. Brasília: JRG, 2013.

MOTTA, Ivan Dias; DE OLIVEIRA, Angélica Papote. *A educação e os direitos da personalidade: Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)*. **Revista Jurídica**, v. 3, n. 40, p. 233-250, 2015.

QUEROBOLSA. Acesso em 15 set. 2018. Disponível em <<https://querobolsa.com.br/>>.

TEIXEIRA, Eliana Maria de Souza Franco. *Análise do Prouni Como Política Pública Afirmativa*. **Revista Jurídica**, v. 4, n. 41, p. 176-206, 2015.